

EDITAL Nº 003/2024

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 003/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024
REGISTRO DE PREÇOS 003/2024**

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

MAIOR DESCONTO PERCENTUAL, observando-se as tabelas oficiais do DNIT, SINAPI, SETOP, SUDECAP E COPASA (atualizadas).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ARQUITETURA, ENGENHARIA (PROJETOS DE TOPOGRAFIA, GEOTÉCNICA, INFRAESTRUTURA, SINALIZAÇÃO VERTICAL, HORIZONTAL E TURÍSTICA, EDIFICAÇÕES, ORÇAMENTOS, ENSAIOS, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E ATIVIDADES RELATIVAS A LICENCIAMENTOS, ANÁLISES, ESTUDOS E FISCALIZAÇÃO NA ÁREA AMBIENTAL) E ESTRUTURAÇÃO; E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA PROJETOS DE CONCESSÕES PÚBLICAS E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (“PPP”), DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PELO PRAZO DE 12 MESES, DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF, conforme Edital e do Termo de Referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

- ☐ **RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 14:00 horas do 14/03/2024.**
- ☐ **RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 14:00 horas do 14/03/2024.**
- ☐ **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO ATÉ: 14:00 horas do dia 19/03/2024.**
- ☐ **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 14:01 horas do dia 19/03/2024.**
- ☐ **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:01 horas do dia 19/03/2024.**

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para recebimento das propostas de preço e a abertura da sessão estarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

☐ **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:**

PODERÃO SER FORMULADAS CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL:

PELO SITE: O Edital Convocatório e seus Anexos estará disponível gratuitamente NO PORTAL DE COMPRAS DA AMMESF <http://www.licitacoesammesf.com.br/>.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: <http://www.licitacoesammesf.com.br/>. **(se ocorrer de ao clicar não houver acesso a página, copiar e colar o link no navegador)**

EDITAL Nº 003/2024

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 003/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024
REGISTRO DE PREÇOS 003/2024**

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF, inscrita no CNPJ sob o nº 02.519.886/0001- 00, torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário indicados realizará em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, através da sua Pregoeira, a Sra. Lórenn Susy Almeida Cruz, designada através da Portaria nº 001/2024, com observância na Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024**, tipo **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL OBSERVANDO-SE AS TABELAS OFICIAIS DO DNIT, SINAPI, SETOP, SUDECAP E COPASA (ATUALIZADAS)**, tendo por objeto Pregão Eletrônico para registro de preços para **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ARQUITETURA, ENGENHARIA (PROJETOS DE TOPOGRAFIA, GEOTÉCNICA, INFRAESTRUTURA, SINALIZAÇÃO VERTICAL, HORIZONTAL E TURÍSTICA, EDIFICAÇÕES, ORÇAMENTOS, ENSAIOS, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E ATIVIDADES RELATIVAS A LICENCIAMENTOS, ANÁLISES, ESTUDOS E FISCALIZAÇÃO NA ÁREA AMBIENTAL) E ESTRUTURAÇÃO; E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA PROJETOS DE CONCESSÕES PÚBLICAS E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (“PPP”), DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PELO PRAZO DE 12 MESES, DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA AMMESF**, conforme Termo de Referência caderno de licitações poderá ser acessado no **PORTAL DE COMPRAS DA AMMESF**: <http://www.licitacoesammesf.com.br/>

O licitante deverá acessar o Guia do Licitante disponível no Portal de Compras da AMMESF, considerando-se que as orientações nele contidas constituem parte integrante deste edital.

O aviso do Edital será publicado no Portal de Compras sítio oficial <http://www.licitacoesammesf.com.br/>, Diário Oficial dos Municípios, no diário oficial da UNIÃO, no Diário Oficial de Minas Gerais e na plataforma <http://www.licitacoesammesf.com.br/> e no PNCP.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Pregão Eletrônico será realizado no Portal de Compras: <http://www.licitacoesammesf.com.br/> , em sessão pública, conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela Equipe de Apoio, conforme designação contida nos autos do processo;

A proponente deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital;

O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços.

2. DO OBJETO

A presente licitação na modalidade de o **PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024**, tipo **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL OBSERVANDO-SE AS TABELAS OFICIAIS DO DNIT, SINAPI, SETOP, SUDECAP E COPASA (ATUALIZADAS)**, tendo por objeto Pregão Eletrônico para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ARQUITETURA, ENGENHARIA (PROJETOS DE TOPOGRAFIA, GEOTÉCNICA, INFRAESTRUTURA, SINALIZAÇÃO VERTICAL, HORIZONTAL E TURÍSTICA, EDIFICAÇÕES, ORÇAMENTOS, ENSAIOS, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E ATIVIDADES RELATIVAS A LICENCIAMENTOS, ANÁLISES, ESTUDOS E FISCALIZAÇÃO NA ÁREA AMBIENTAL) E ESTRUTURAÇÃO; E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA PROJETOS DE CONCESSÕES PÚBLICAS E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (“PPP”), DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PELO PRAZO DE 12 MESES, DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA AMMESF**, conforme termo de referência para atender as necessidades dos municípios consorciados à **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF**, conforme Termo de Referência – Anexo I.

1. TIPO: MAIOR DESCONTO PERCENTUAL OBSERVANDO-SE AS TABELAS OFICIAIS ATUALIZADAS E COM PROPOSTA SUPERIOR A “0” (ZERO):

1.1. DNIT,

1.2. SINAPI,

1.3. SETOP,

1.4. SUDECAP,

1.5. COPASA.

3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

A contratação, poderá ser efetuada pelos municípios consorciados à **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF**, como abaixo

discriminado, com a possibilidade de adesão de outros interessados:

1	Bocaiuva
2	Botumirim
3	Brasília de Minas
4	Buritzeiro
5	Campo Azul
6	Capitão Enéas
7	Chapada Gaúcha
8	Claro dos Poções
9	Cônego Marinho
10	Coração de Jesus
11	Cristália
12	Curvelo
13	Engenheiro Navarro
14	Francisco Dumont
15	Francisco Sá
16	Glaucilândia
17	Ibiaí
18	Ibiracatu
19	Icaraí de Minas
20	Jaíba
21	Januária
22	Jequitaí
23	Joaquim Felício
24	Juramento
25	Lagoa dos Patos
26	Lassance
27	Lontra
28	Luislandia
29	Mamonas
30	Manga
31	Matias Cardoso
32	Miravânia
33	Patis
34	Pedras de Maria da Cruz
35	Pintópolis
36	Pirapora
37	Ponto Chique
38	Santa Fé de Minas
39	São Francisco
40	São João da Lagoa
41	São João do Pacuí
42	São Romão

43	Várzea da Palma
44	Vespasiano

3.1. A empresa vencedora terá obrigação de atender a todos os municípios consorciados (relacionados acima), nos quantitativos que vierem a ser solicitados dentro da estimativa do procedimento, sendo certo que não serão aceitas quaisquer considerações posteriores da vencedora no sentido de não atender aos municípios consorciados, uma vez que estes são órgãos participantes do registro de preços;

3.2. É facultado o atendimento a eventuais não participantes que atenderem os requisitos legais.

3.3. A formalização de contrato com os órgãos participantes do registro de preços (municípios consorciados) será exigida apenas para efeito de controle no sentido de não se extrapolar o limite legal permitido para adesões de outros órgãos.

4. DA COMPOSIÇÃO E ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

4.1. Os licitantes deverão apresentar (via sistema pregão eletrônico) proposta de preços de acordo com as especificações constantes no ANEXO I – Termo de Referência, integrante do presente Edital, considerando-se as demais condições previstas.

4.2. O licitante vencedor deverá apresentar juntamente com a Documentação Habilitatória deste Edital, proposta que corresponda ao PERCENTUAL DE DESCONTO DO LANCE DADO NO SITE, obtido através da aplicação do Maior Percentual de Desconto sobre as tabelas oficiais correspondente ao objeto licitado para O PERÍODO DE 01 (UM) ANO, podendo ser prorrogado, de acordo com o Modelo de Proposta de Preço, devidamente preenchida, cujos valores deverão estar corretos a fim de que o resultado final seja preciso.

4.3. O preço proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), leis sociais, administração, lucros, transporte, seguro contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador e qualquer obrigação acessória e/ou necessária não especificada neste Edital.

4.4. O licitante Adjudicatário apresentará juntamente com a documentação habilitatória a Proposta de **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL**, observando-se as tabelas oficiais do DNIT, SINAPI, SETOP, SUDECAP E COPASA (atualizadas).

4.5. O preço ofertado será de exclusiva responsabilidade da licitante não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. O licitante deverá apresentar sua proposta obedecendo os preços da época da emissão da proposta comercial.;

4.7. A adequação da proposta na forma do item anterior não poderá acarretar prejuízo à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF;

- 4.9. O(A) Pregoeiro(a) nas decisões observará o Princípio do Formalismo Moderado.
- 4.10. O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracteriza-se hipótese de desclassificação da proposta;
- 4.11. Em sua proposta, a Contratada deverá contemplar todos os custos relativos a despesas referentes ao objeto;
- 4.12. A validade da proposta não será inferior á 60 (sessenta) dias;
- 4.13. Caso a proposta não apresente o prazo de validade e/ou seja apresentado o prazo inferior ao indicado no item 4.13, será considerado o prazo indicado no item 4.13.
- 4.14. O licitante Adjudicatário apresentará juntamente com a documentação habilitatória a Proposta de Preço com indicação do percentual de desconto sobre as tabelas oficiais e planilhas utilizadas neste procedimento.
- 4.15. O percentual indicado na proposta não poderá ser inferior a “0” (zero) e deverá ser apresentada composição da taxa de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas), sendo vedada a inclusão de Contribuição Social Sobre Lucro Líquido – CSLL e Imposto de Renda Pessoa Jurídica nesta composição.
- 4.16. O percentual de desconto proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.17. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º, do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua executabilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- 4.17.1– Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;
 - 4.17.2– Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
 - 4.17.3– Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
 - 4.17.4– Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
 - 4.17.5– Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
 - 4.17.6– Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços;

4.17.7– Demais verificações que porventura se fizerem necessárias;

4.17.8 – Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

4.17.9– O licitante deverá apresentar sua proposta obedecendo ao piso salarial fixado na Convenção Coletiva da Categoria, vigente na publicação deste edital.

4.17.10– Será desclassificada a proposta que não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pela Pregoeira;

4.17.11– A adequação da proposta na forma do item anterior não poderá acarretar prejuízo à AMMESF;

4.17.12 – A Pregoeira nas decisões observará o Princípio do Formalismo Moderado conforme orienta a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

4.18. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pela Pregoeira;

4.19. A adequação da proposta na forma do item anterior não poderá acarretar prejuízo à AMMESF;

4.20. A Pregoeira nas decisões observará o Princípio do Formalismo Moderado.

4.21. O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracteriza-se hipótese de desclassificação da proposta;

4.22. É OBRIGATÓRIO INDICAR O PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO, OBSERVANDO-SE A FORMA DE APRESENTAÇÃO INDICADA NO EDITAL;

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório.

5.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para respectivo cadastramento junto ao Portal de Compras <http://www.licitacoesammesf.com.br/>.

5.3. O licitante deverá ter feito a adesão ao Portal de Compras da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF <http://www.licitacoesammesf.com.br/> .

5.4. Será permitida a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

5.4.1. Observadas as demais exigências contidas neste EDITAL, a participação das LICITANTES

reunidas em CONSÓRCIO fica condicionada ao atendimento aos seguintes requisitos:

5.4.2. Cada CONSORCIADA deverá atender individualmente às exigências relativas à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira, nos termos deste EDITAL;

5.4.3. Deverá ser apresentado, conjuntamente com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, o termo de compromisso de constituição de SPE, por instrumento público ou particular, subscrito pelas CONSORCIADAS por meio de seus representantes legais, contendo, no mínimo:

- a) Denominação do CONSÓRCIO;
- b) Composição do CONSÓRCIO, indicando o percentual de participação de cada CONSORCIADA no capital da futura SPE;
- c) Objetivo do CONSÓRCIO de participar na LICITAÇÃO e, caso vencedor, de constituir a SPE; e
- d) Declaração expressa, vigente entre a DATA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS e a data de assinatura do CONTRATO, de que as CONSORCIADAS assumem responsabilidade solidária perante o PODER CONCEDENTE, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/21, no tocante ao objeto desta LICITAÇÃO, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas, sendo que tal responsabilidade solidária somente cessará na data de assinatura do CONTRATO.

5.4.4. Não será permitida a participação de uma mesma LICITANTE como CONSORCIADA em mais de um CONSÓRCIO, ou individualmente com mais de uma PROPOSTA ECONÔMICA;

5.4.5. Somente se admitirá a participação de sociedades CONTROLADAS, CONTROLADORAS ou sob CONTROLE comum de uma mesma LICITANTE quando estiverem no mesmo CONSÓRCIO;

5.4.6. Para fins da presente LICITAÇÃO, será permitido até o máximo de 03(três) empresas CONSORCIADAS para cada CONSÓRCIO.

5.4.7. O CONSÓRCIO vencedor deverá promover, anteriormente à celebração do CONTRATO, a constituição da SPE, conforme as regras previstas neste EDITAL, observando, na composição de seu capital social, o estabelecido no CONTRATO e mantendo, para todos os efeitos, participações idênticas àquelas constantes do termo de compromisso de constituição de SPE apresentado na LICITAÇÃO.

5.4.8. Não se admitirá a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão das CONSORCIADAS até a assinatura do CONTRATO, a partir do que deverão ser observadas, para todos os efeitos, as regras de transferência da CONCESSÃO e de transferência do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO.

5.4.9. A desclassificação ou a inabilitação de qualquer CONSORCIADA acarretará a

desclassificação ou a inabilitação automática do CONSÓRCIO da presente LICITAÇÃO.

5.4.10. As exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas pelo CONSÓRCIO por intermédio de qualquer das CONSORCIADAS, isoladamente ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas por cada uma das CONSORCIADAS, observado o disposto nas demais disposições deste EDITAL.

5.4.11. Nos termos do art. 15 inc. II da Lei nº 14.133/2021, o termo de compromisso deverá indicar a empresa líder do consórcio, sendo que esta será responsável pela representação do consórcio perante a administração, sendo, portanto, responsável por formalizar a inclusão de proposta e lances no sistema.

5.5. Não poderá participar da presente licitação Empresa:

5.5.1. Suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF ;

5.5.2. Declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;

5.5.4. Com falência decretada.

5.5.5. Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação.

5.6. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis;

6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

6.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto ao **Portal de Compras da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF** (<http://www.licitacoesammesf.com.br/>).

6.2. Os interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.

6.3. Em sendo sócio, proprietário ou dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Portal de Compras da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO

FRANCISCO – AMMESF.

6.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.7. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

6.8. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.9. Caberá ao licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, bem como as mensagens disponibilizadas através do site, desde a data da publicação do Edital até a sua homologação, ficando a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF, isento de quaisquer responsabilidades diante da inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão deste. O licitante é responsável pelo ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.10. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e obrigará o proponente vencedor a execução do contrato nos prazos definidos.

7. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1 – **Até 14h00min. do dia 19 de Março de 2024**, de acordo com o AVISO DE ABERTURA publicado, serão recebidas as propostas e a documentação para habilitação.

7.1.1 – Após, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a análise das propostas será feita a divulgação da proposta de preço melhor classificada.

7.2 – Aberta a etapa competitiva, conforme determinação no preâmbulo deste Edital para “início da sessão de disputa de preços” os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado, pelo sistema, do recebimento e respectivo horário de registro e percentual do lance.

7.3 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.4 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, dos

valores ofertados. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

7.5 – No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.5.1 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes, mediante mensagem eletrônica, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.6 – O modo de disputa utilizado será “**MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**”, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

7.7 – A duração da etapa de lances será de 15 minutos;

7.8 – Encerrado o prazo de 15 minutos, inicia-se o período aleatório de até 10 minutos, com fechamento iminente dos lances;

7.9 – Encerrada a etapa aberta, o autor da oferta mais vantajosa e aqueles com oferta até 10 % superior serão convocados pelo sistema para que ofertem um lance final e fechado;

7.10 – Não havendo no mínimo três ofertas nas condições acima, o sistema convocará as três melhores ofertas para ofertarem lance final e fechado;

7.11 – Encerrada a fase de recebimento de lances, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance vencedor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.12 – O Sistema anunciará o licitante detentor da melhor proposta imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira acerca da aceitação do lance.

7.13 – É vedada a desistência dos lances arrematantes ofertados, sujeitando-se o proponente às sanções previstas na legislação de regência.

7.14 – Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço.

7.15 – Em sendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, ao efetivar o cadastramento, ou já sendo cadastrado ao acessar o sistema, deverá informar em campo próprio do sistema que a mesma se enquadra na respectiva categoria.

7.16 – A comprovação dos requisitos tratada neste item se dará em conformidade com a apresentação dos documentos para habilitação exigidos neste Edital.

7.17- A não informação implicará na desistência da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte de utilizar-se da prerrogativa concedida pela Lei Complementar Federal nº 123/06.

7.18- Será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme a Lei Complementar Federal nº 123/06.

7.19- Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.20- Não ocorrerá o empate se a proposta mais bem classificada já for de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

7.21- A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do certame. Este desempate será gerenciado pelo sistema, através do Chat de mensagens, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, contados a partir do chamamento que será feito pelo site.

7.22- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontre no intervalo de 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, o sistema fará a identificação e aplicará o critério da Lei Complementar Federal nº 123/06.

7.21- Na hipótese da não contratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente arrematante do certame.

7.22- Os licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas deverão declarar, em campo próprio do sistema, sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptos a usufruir o tratamento diferenciado estabelecido nos termos dos artigos 43 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14 ou da Lei Federal nº 11.488/07.

7-23 – O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de **0,1 %**.

8. PROCEDIMENTOS PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3. Se o licitante arrematante desatender as exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.4. Para licitantes que possuem filiais os documentos apresentados deverão ser do CNPJ cadastrado no site, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais.

8.4. A não apresentação de documentação em conformidade com este item resultará na inabilitação do licitante proponente.

8.5. A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo(a) pregoeiro(a).

8.6. A documentação física original ou autenticada, **quando solicitada** deverá ser encaminhada à Pregoeira e Equipe de Apoio da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF, situada na R. Montes Claros, 1144 - Nossa Sra. de Fátima, Pirapora - MG, CEP 39270-000, em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

À PREGOEIRA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 003/2024

PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2023

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO E TELEFONE DO LICITANTE

8.7. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

8.8. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão, e não for possível o(a) pregoeiro(a) verificar esta condição por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.9. Convocado o licitante na forma do item 8.1, fica dispensada a comprovação de que o mesmo estava habilitado na data de abertura da sessão, considerando-se para fins de habilitação, somente a data da sua última convocação.

8.10. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) procederá ao que segue:

8.11. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) considerará o licitante inabilitado;

8.11. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de

vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

8.12. Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos no Capítulo II-B do Código Penal e no art. 5º da Lei Federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

8.13. Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet terão sua validade verificada pelo(a) Pregoeiro(a) no momento da habilitação.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

9.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual, com o “Objeto Social” enquadrado com objeto do (s) item (s) em que a empresa estará disputando. A empresa que apresentar Registro Comercial com o "Objeto Social" que não abrange o objeto que ela estará disputando, será considerada INABILITADA;

9.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou sua Consolidação e alterações em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, com o “Objeto Social” enquadrado no objeto do(s) item (s) em que a empresa cadastrou proposta, acompanhado de prova de seu registro ou inscrição e de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades comerciais ou sociedades por ações. A empresa que apresentar Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou sua consolidação e alterações em vigor com o "Objeto Social" que não abrange o objeto que ela estará disputando, será considerada INABILITADA;

9.1.2. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada do instrumento de eleição da Diretoria;

9.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.4. Somente as empresas que alterarem o seu contrato social para enquadramento ou reenquadramento de microempresas para empresas de pequeno porte deverão apresentar a “Declaração de enquadramento ou reenquadramento de microempresa para empresa de pequeno porte” como parte integrante da Certidão Simplificada Junta Comercial, sendo ambas, expedidas pela Junta Comercial da cada estado onde está sediada a empresa, com data compatível ou posterior a data do último arquivamento registrada/informada na própria Certidão da Junta Comercial.

9.1.5. O representante da empresa (representante legal ou procurador) responsável pela assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços, deverá identificar-se apresentando cópia de documento oficial de identificação que contenha foto.

9.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.2.1. Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.2.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa ou balanço de abertura, no caso de empresa recém- constituída, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, mas admitida a sua atualização por índices oficiais.

9.2.2.1. Será comprovada boa situação financeira, qual seja: apresentado através de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da Lei, avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC), acompanhado do demonstrativo de avaliação de liquidez, (Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), conforme demonstrado pelas fórmulas abaixo:

$$LG = (\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}): (\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}) \geq 1,00$$

$$SG = (\text{ATIVO TOTAL}): (\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}) \geq 1,00$$

$$LC = (\text{ATIVO CIRCULANTE}): (\text{PASSIVO CIRCULANTE}) \geq 1,00$$

9.2.3. O balanço patrimonial deve obrigatoriamente atender ao art. 1.179 a 1.181 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76; NBC T 2.1.4 (Res. CFC 563/83); NBC T 3.1.1 (Res. CFC 686/90); Instrução Normativa DNRC nº 107/08; Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007.

9.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal em certidão única, abrangendo todos os tributos federais e as contribuições sociais / previdenciárias;

9.3.3. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS;

9.3.4. Certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

9.3.5. Certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública Estadual;

9.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT);

9.3.7. Declaração do licitante demonstrando a regularidade no cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal.

9.3.8. As declarações ordinárias estarão disponibilizadas no sistema e as que não estiverem devem acompanhar os documentos de habilitação e inseridas no sistema.

9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.4.1 Para atendimento da qualificação **técnico-operacional**, será (ão) exigido(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacionais emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado para o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, os seguintes serviços:

- 9.4.1.1. Elaboração de Projeto Arquitetônico;
- 9.4.1.2. Elaboração de Projeto Arquitetônico em hospitais ou UBS.
- 9.4.1.3. Elaboração de Projeto Urbanístico e Paisagístico;
- 9.4.1.4. Elaboração de Estudos Ambientais em obras de infraestrutura;
- 9.4.1.5. Elaboração de Projeto de Drenagem Pluvial;
- 9.4.1.6. Elaboração de Projeto de Pavimentação Asfáltica Urbana e Rodoviária;
- 9.4.1.7. Elaboração de Projeto de Obra de Pontes ou Viadutos;
- 9.4.1.8. Elaboração de Projeto de Saneamento;
- 9.4.1.9. Elaboração de Projeto Estrutural em Concreto;
- 9.4.1.10. Elaboração de Projeto de Estrutura Metálica;
- 9.4.1.11. Elaboração de Projeto de Rede de Iluminação Pública;

9.4.2. Para atendimento à qualificação **técnico-profissional**, será exigida a comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA/CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços relativos a:

- 9.4.2.1. Elaboração de Projeto Arquitetônico;
- 9.4.2.2. Elaboração de Projeto Urbanístico e Paisagístico;
- 9.4.2.3. Elaboração de Projeto de Drenagem Pluvial;
- 9.4.2.4. Elaboração de Projeto de Pavimentação Asfáltica Urbana e Rodoviária;
- 9.4.2.5. Elaboração de Projeto de Pontes ou Viadutos
- 9.4.2.6. Elaboração de projeto de topobatimetria, planilamtimetrico e projeto topografico
- 9.4.2.7. Elaboração de Projeto de Saneamento;
- 9.4.2.8. Elaboração de Projeto Estrutural em Concreto;
- 9.4.2.9. Elaboração de Projeto de Estrutura Metálica;

- 9.4.2.10. Elaboração de Projeto de Rede de Iluminação Pública;
- 9.4.2.11. Elaboração de projeto de Elétrico de subestação.
- 9.4.2.11. Elaboração de projeto de instalação de gás
- 9.4.2.13. Elaboração de projeto de projeto contra incêndio PCIP
- 9.4.2.14. Elaboração de projeto de cabeamento estruturado
- 9.4.2.15. Elaboração de projeto de Estrutural de Alto desempenho
- 9.4.2.16. Elaboração de projeto de Fundações profundas
- 9.4.2.17. COORDENAÇÃO TÉCNICA ELABORAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS EM BIM
- 9.4.2.18. Realização de coordenação e compatibilização de projetos.
- 9.4.2.19. Elaboração de Estudos Ambientais em obras de infraestrutura;

9.4.3 A empresa contratada deverá indicar como responsáveis técnicos, no mínimo:

- 9.4.3.1.** 01 (um) Engenheiro Civil (Apresentar registro do profissional no órgão competente);
- 9.4.3.2.** 01 (um) Engenheiro Ambiental (Apresentar registro do profissional no órgão competente);
- 9.4.3.3.** 01 (um) Engenheiro Eletricista (Apresentar registro do profissional no órgão competente);
- 9.4.3.4.** 01 (um) Engenheiro Sanitarista (Apresentar registro do profissional no órgão competente);
- 9.4.3.5.** 01 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho (Apresentar registro do profissional no órgão competente);
- 9.4.3.6.** 01 (um) Engenheiro Agrônomo (Apresentar registro do profissional no órgão competente);
- 9.4.3.7.** 01 (um) Arquiteto (Apresentar registro do profissional no órgão competente).
- 9.4.3.8.** 01 (um) Arquiteto com pós-graduação em Hospitalares (Apresentar registro do profissional no órgão competente).
- 9.4.3.9.** 01 - Técnico em agrimensura
- 9.4.3.10.** 01 Técnico administrativo Especialista em SICONV COM COMPROVAÇÃO DE CURSO
- 9.4.3.11.** 01 - Engenheiro Mecânico

9.4.4 A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, ou do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, ou do registro do profissional no CREA/CAU da região competente, em que conste o profissional como responsável técnico, contrato de prestação de

serviços assinado entre o profissional e a Licitante ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência do profissional.

9.4.5. Registro da empresa no órgão competente (CREA ou CAU);

9.4.6. A Microempresa – ME e a Empresa de Pequeno Porte – EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição;

9.4.7. O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis.

9.4.8. A Pregoeira e a equipe de apoio efetuarão consulta ao site da Receita Federal para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

20

9.4.9. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

9.4.9.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.4.9.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

9.4.9.3. Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;

9.4.9.4. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5. Na ausência de documentos constantes, deste título, a Pregoeira e Equipe de Apoio poderão consultar os sites dos órgãos emissores para sua emissão, juntando os aos autos.

9.6. A AMMESF não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios presenciais hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será inabilitado.

9.7. Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

9.8. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

9.9. Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de discos magnéticos.

9.4. DEMAIS CONSIDERAÇÕES HABILITAÇÃO

9.4.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.4.1.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.4.1.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.4.2. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação/pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.4.3. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

9.4.4. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.4.5. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.4.6. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.4.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

a. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

b. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

c. serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4.8. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial.

9.4.9. Quanto aos documentos deve-se observar o seguinte:

a. Apresentados em originais ou cópias autenticadas em cartório;

- b. Não serão aceitos de forma alguma, documentos que não sejam inseridos no sistema do Portal de Compras da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF: <http://www.licitacoesammesf.com.br/>;
- c. A apresentação dos documentos exigidos neste edital com prazo de validade vencido, na data da “HABILITAÇÃO”, importará na inabilitação do licitante, desde que não tenha regulamentação oficial ao contrário.
- d. Os documentos exigidos neste edital deverão também estar em validade na data da sua contratação, obrigando-se o adjudicatário a atualizá-los, caso suas validades tenham se esgotado;
- e. Serão aceitos documentos retirados via Internet, hipótese em que será verificada a autenticidade;
- f. Os documentos e certidões que não expressarem em seu corpo sua data de validade e ou que não exista legislação a respeito, estes serão considerados como data de validade de 90 dias da data de sua expedição.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1. No julgamento das propostas, será adotado o critério MAIOR DESCONTO PERCENTUAL OBSERVANDO-SE AS TABELAS OFICIAIS DO DNIT, SINAPI, SETOP, SUDECAP E COPASA (ATUALIZADAS) superior a “0” (zero), para prestação de serviços pelo período de 01(um) ano, pelo modo de disputa aberto e fechado.

10.2. O sistema anunciará ao licitante detentor da melhor proposta imediatamente após o encerramento da etapa de disputa, ou se for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a), acerca da aceitação do lance.

10.3. Se a proposta ou o lance de maior desconto percentual não for aceitável, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

10.4. Na situação prevista no item anterior, a Pregoeira poderá negociar diretamente como proponente, verificando a aceitabilidade entre a proposta ou lance de maior desconto percentual para a contratação do serviço para que seja obtido melhor desconto.

10.5. Os licitantes serão registrados na ordem de sua classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

10.6. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

10.7. Serão inabilitados os licitantes que não atenderam às exigências para habilitação contidas neste Edital..

11. DA IMPUGNAÇÃO, ESCLARECIMENTOS AO EDITAL E DOS RECURSOS

11.1. Impugnações e esclarecimentos ao ato convocatório do Pregão serão recebidos até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da licitação.

11.2. As impugnações e os esclarecimentos deverão ser enviados através de campo próprio do sistema no Portal de Compras da AMMESF: <http://www.licitacoesammesf.com.br/>.

11.2.1. Caberá ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da apresentação do pedido.

11.2.2. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.3. Declarado o licitante vencedor, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar a intenção de recorrer, observando o seguinte:

a. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo de 00h30min (trinta minutos), de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

b. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de três dias úteis.

c. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

d. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o(a) pregoeiro(a) estará autorizado(a) a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

e. As razões e contrarrazões deverão ser enviadas em campo próprio do sistema.

f. Os recursos contra decisões do(a) Pregoeiro(a) terão efeito suspensivo.

g. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

11.5. Havendo recurso, a Pregoeira apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

12.1. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo adjudicado o objeto ao vencedor da licitação pela Pregoeira e homologado o

procedimento licitatório pela autoridade competente.

12.2. Havendo recurso, o(a) Pregoeiro(a) apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.

12.3. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao vencedor e homologará a licitação, podendo revogá-la ou anulá-la nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4. Quando o proponente vencedor convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato ou não apresentar situação regular, no ato da assinatura deste, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.5. Após a homologação, poderá o licitante ser desclassificado por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade ou em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento, no qual a homologação será desfeita.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

13.1. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem contratados pelos municípios consorciados serão convocados para assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato que, depois de publicado, terá efeito de compromisso de fornecimento dos bens nas condições estabelecidas.

13.2. A Ata de Registro de Preços ou Contrato deverão ser firmados por representante legal do detentor ou por procurador com poderes para tal, mediante comprovação através de contrato social ou instrumento equivalente e procuração, respectivamente, juntamente com cópia de cédula de identidade.

13.3. A formalização da ata de registro de preços ou contrato com os fornecedores registrados será efetuada da seguinte forma:

a. A AMMESF convocará oficialmente a licitante vencedora para, em um prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, assinar a ata de registro de preços ou o contrato e em outros 03 (três) dias úteis devolvê-la devidamente assinada, sob pena de decair seu direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

b. O prazo de assinatura da ata de registro de preços ou o contrato estipulado no subitem poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso pela licitante vencedora, e desde que haja motivo justificado aceito pela Pregoeira e pela Comissão de Licitação.

13.4. Os prazos de vigência da ata de registro de preços e do contrato serão os seguintes:

a- O prazo de vigência/validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses,

admitindo-se eventual prorrogação por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme a lei 14.133/2021, iniciando sua vigência na data de sua formalização;

b- A vigência dos contratos decorrentes do Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto na Lei nº 14.133, de 2021;

c- Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da Ata de registro de preços;

d- Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços os Municípios consorciados não serão obrigados à contratação, exclusivamente por seu intermédio, dos bens objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, deste fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora;

e- Os municípios poderão contratar o valor total estimado, ou parte do valor total estimado;

f- A contratação decorrente desta licitação após a assinatura de Ata de Registro de Preços com a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF será formalizada mediante formalização de contratos ou emissão de nota de empenho pelos municípios consorciados;

g- Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a previdência social mediante apresentação de certidão conjunta Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão Contratante/Município verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

13.5 Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular, ou se recusar a cumprir a ordem de compra, será convocada outra licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente.

13.6 O valor contratual poderá ser alterado nos termos da Lei 14.133/2021, desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro.

13.7. A contratada se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem dos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no art. 125 da lei nº 14.133/2021.

13.8. A empresa vencedora terá obrigação de atender a todos os municípios consorciados relacionados, nos quantitativos que vierem a ser solicitados dentro da estimativa do procedimento, sendo certo que não serão aceitas quaisquer considerações posteriores da vencedora no sentido de não atender aos municípios consorciados, uma vez que estes são órgãos participantes do registro de preços, conforma disciplina a lei nº 14.133/2021.

13.9. A Formalização de contrato com os órgãos participantes do registro de preços (municípios consorciados), será exigida apenas para efeito de controle no sentido de não se extrapolar o limite legal permitido para adesões de outros órgãos, conforme art. 86 §4º da lei nº 14.133/2021, não cabendo à Contratada decidir se aceitará contratar com os órgãos participantes do registro de preços (municípios consorciados), uma vez que, a participação no certame, já caracteriza a aceitação integral da obrigação de atender aos órgãos participantes do registro de preços (municípios consorciados).

13.9.1. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF e será descredenciado nos mesmos, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços ou Contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - não assinar a Ata de Registro de Preços, Contrato ou a ata de registro de preços;
- II - não entregar a documentação exigida no edital;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - causar o atraso na execução do objeto;
- V - não mantiver a proposta;
- VI - falhar na execução do contrato;
- VII - fraudar a execução do contrato;
- VIII - comportar-se de modo inidôneo;
- IX - declarar informações falsas; e
- X- cometer fraude fiscal.

§1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada.

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas site oficial da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF, Diário Oficial da AMM, no site oficial, e no DOU.

14.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

14.2.1. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso sobre o valor da proposta, até o 30º (trigésimo) dia, calculado por ocorrência;

14.2.2. 5% (cinco por cento) sobre o saldo do valor da proposta, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

14.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, na hipótese da Empresa, injustificadamente, desistir da Ata de Registro de Preços ou do Contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

15.3. As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF ou Município Consorciado. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de depósito bancário na conta da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF ou Município Consorciado, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de notificação da aplicação da sanção.

16. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

16.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

a. serão registrados na ata de registro de preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

b. será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c. o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Quadro de Avisos e no site da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

d. a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser

respeitada nas contratações.

16.2. O registro a que se refere a alínea “b” tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas.

16.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o a alínea “b”, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

16.4. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere a alínea “b” será efetuada, para efeito de ocorrer necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

16.5. O anexo que trata a alínea “b” consiste na ata de realização da sessão pública do pregão, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

16.6. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 1 ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

16.7. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 84 § único Lei nº 14.133, de 2021.

16.8. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

16.9. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

17. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

17.1. Os valores consignados no contratado serão reajustados após 12 (doze) meses de vigência a contar da data de assinatura, utilizando-se o índice do IGP- M/FGV, conforme legislação aplicável;

17.2. Os valores consignados em Ata de Registro de Preços ou no Contrato poderão ser alterados nos termos da Lei 14.133/21, desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro;

17.3. Para a solicitação e comprovação do reequilíbrio econômico-financeiro a Adjudicatária ou Contratada deverá:

a. indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item;

b. apresentar nota (s) fiscal (is) emitida (s) em data próxima à apresentação da proposta e outra de emissão atual (data de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro);

- c. Indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico- financeiro;
- d. Sem a apresentação das informações indicadas nas alíneas “a”, “b” e “c”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.
- e. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do serviço, como determina o inc. XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

17.4. A solicitação de aplicação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser efetuada antes da emissão da ordem de fornecimento.

17.5. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

17.6. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

17.7. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

17.8. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF poderá:

17.8.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

17.9. Não havendo êxito nas negociações, a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17.10. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a- descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF, sem justificativa aceitável;
- c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d. Sofrer sanção prevista no art. 155 e demais da lei nº 14.133/21.

17.11. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incs I, II e IV do caput será formalizado por despacho da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

a. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: por razão de interesse público; ou

b. a pedido do fornecedor.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. Por tratar-se de licitação realizada através do Sistema de Registro de Preços, a dotação orçamentária será indicada em documento específico: contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento, ou outro documento equivalente.

18.2. O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

19. DA ADESÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE NÃO PARTICIPARAM DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de registro de preços, deverão consultar a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

19.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF e órgãos participantes.

19.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF e órgãos participantes.

19.4. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

19.5. Após a autorização da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

19.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência e ETP;

Anexo II – Modelo da Proposta Comercial;

Anexo III - DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO ART. 7º, INC. XXXIII DA CF.

Anexo IV – Modelo de Declaração de pleno atendimento;

Anexo V – Declaração de enquadramento ME/EPP ou EQUIPARADA;

Anexo VI – Minuta de Contrato;

Anexo VII - Minuta da Ata Registro Preços.

20.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

20.3. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

20.4. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, a Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

20.5. Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

20.6. A Pregoeira, no interesse da AMMESF, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes,

destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto na Lei nº14.133, de 2021.

20.7. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

20.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá determinar a apresentação de documento original, com vistas à confirmação da autenticidade de cópia apresentada no certame, quando julgar necessário ou se o documento for impugnado por algum licitante, em prazo a ser definido para cumprimento da diligência.

20.9. Poderá ser apresentado o original para autenticação da cópia pelo(a) Pregoeiro(a) ou Equipe de Apoio, ou cópia autenticada por cartório.

20.10. As decisões do(a) Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF e do(a) Pregoeiro(a) serão publicadas no site <http://www.licitacoesammesf.com.br/>.

20.11. Após a realização dos procedimentos relativos ao julgamento e ordenação das propostas, o(a) Pregoeiro(a) verificará a regularidade do cadastro da proponente vencedora.

20.12. Para licitantes que possuem filiais, os documentos apresentados deverão ser do CNPJ cadastrado no site, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais.

20.13. A não apresentação de documentos em conformidade com este item resultará na inabilitação do licitante proponente.

20.14. Os certificados e certidões emitidos via sistema eletrônico ficarão condicionados à verificação pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF, devendo ser certificada pelo servidor nos autos do processo, podendo o licitante apresentar o certificado/certidão já conferido pelo órgão emitente. Neste caso o servidor poderá confirmar quaisquer informações necessárias ou anexar cópia do próprio certificado, emitido via on- line. Não serão aceitos protocolos de entrega ou requisição de documento sem substituição aos exigidos neste Edital.

20.15. As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

20.16. As declarações emitidas pelas empresas terão validade de 12(doze) meses a partir da data de sua emissão.

20.17. A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pela Pregoeira, se os dados existirem em outro documento.

20.18. Havendo recurso(s), a Pregoeira apreciará o(s) mesmo(s) e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.

20.19. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

20.20. Os licitantes que não atenderem às exigências para habilitação contidas neste Edital serão inabilitados.

20.21. Após a entrega da documentação e ultrapassado o prazo de abertura das propostas, não será permitido o acréscimo de novos documentos, sendo desclassificados os licitantes que não fizeram prova dos benefícios auferidos, ou cujas provas apresentadas não foram suficientes para comprovar a condição de beneficiário.

20.22. Após a habilitação, poderá o licitante ser desqualificado por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

20.23. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

20.24. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

20.25. A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

20.26. Fica eleito o foro da Comarca de Pirapora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pirapora/MG., 27 de Fevereiro de 2024.

Pedro Henrique Soares Braga
Presidente da AMMESF

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL N° 003/2024

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 003/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024
REGISTRO DE PREÇOS 003/2024

1 DO OBJETO:

1.1 Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços comuns de arquitetura, engenharia (projetos de topografia, geotécnica, infraestrutura, sinalização vertical, horizontal e turística, edificações, orçamentos, ensaios, gerenciamento e fiscalização de obras públicas e atividades relativas a licenciamentos, análises, estudos e fiscalização na área ambiental) e estruturação; e desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira para projetos de Concessões Públicas e Parceria Público-Privada (“PPP”), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS			
LOTE	TABELA	VALOR TOTAL	VALOR DO DESCONTO (%)
1	Tabela Atualizada (DNIT)	R\$ 25.500.000,00	_____(%)
	Tabela Atualizada (SINAPI)		
	Tabela Atualizada (SETOP)		
	Tabela Atualizada (SUDECAP)		
	Tabela Atualizada (COPASA)		

1.2 DOS SERVIÇOS

Os serviços executados deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto deste Termo de Referência, existentes ou que venham a ser editadas, a exemplo daquelas que digam respeito a: topografia, geotecnia, infraestrutura, sinalização vertical, horizontal e turística, edificações, orçamentos, ensaios laboratoriais, gerenciamento e fiscalização, desapropriação, regularização fundiária, meio ambiente e estruturação de

estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira para projetos de Concessões Públicas e Parceria Público-Privada (“PPP”):

Execução de levantamento topográfico. NBR 13133, Levantamento geotécnico. NBR 6497. Sinalização vertical viária ABNT NBR 155; ABNT NBR 14891; Pórticos: NBR 14429; tátil ABNT NBR 16537/2016; ABNT NBR 14644 turística. Planilha orçamentária. NBR 12722 – “Discriminação de serviços para construção de edifícios – Procedimentos”. 1993; Gestão de Qualidade. “Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos” 2008; “Construção de edificação — Organização de informação da construção – Estrutura para classificação de informação”; “Sistemas de gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso”. 2004; 14051 “Gestão ambiental — Contabilidade dos custos de fluxos de material — Estrutura geral”. 2011; “Orientações sobre gerenciamento de projeto”. 2012; Desempenho (NBR 15220-1 – “Desempenho térmico de edificações – Definições, símbolos e unidades”. 2005; NBR 15220- 2 – “Desempenho térmico de edificações – Método de cálculo da transmitância térmica, da capacidade térmica, do atraso térmico e do fator solar de elementos e componentes de edificações”. 2008; 15686-1 – “Prédios e ativos construídos - Planejamento vida Serviço - Parte 1: Princípios gerais e de enquadramento”. 2011; 15686-2 “Prédios e ativos construídos - Planejamento vida Serviço - Parte 2: Procedimentos de previsão da vida útil”. 2012; 15686-3 – “Prédios e ativos construídos - Planejamento vida Serviço - Parte 3: auditorias de desempenho e as revisões”. 2002; 15686-5 – “Prédios e ativos construídos - Serviço de Planejamento de vida - Parte 5: Ciclo de Vida de custeio”. 2008; 15686-7 “Prédios e ativos construídos - Planejamento vida Serviço - Parte 7: Avaliação de Desempenho para o gabarito de dados de vida útil da prática”. 2006; 15712-1 – “Acústica de Construção - Estimativa de desempenho acústico dos edifícios do desempenho dos elementos - Parte 1: Airborne lamento acústico entre os quartos”. 2005; 15712-2 “Acústica de Construção - Estimativa de desempenho acústico dos edifícios do desempenho dos elementos - Parte 2: lamento do ruído de impacto entre os quartos”. 2005; 15712-3 – “Acústica de Construção - Estimativa de desempenho acústico dos edifícios do desempenho dos elementos - Parte 3: lamento acústico Airborne contra som ao ar livre”. 2005; 15712-4 – “Acústica de Construção - Estimativa de desempenho acústico dos edifícios do desempenho dos elementos - Parte 4: transmissão do som interior para o exterior”. 2005; 50001 - Sistema de Gestão de Energia; Projetos Básicos e Executivos. Arquitetura (NBR 6492 – “Representação de projetos de arquitetura” 1994; NBR 7679 – “Termos básicos relativos à cor”. 1983; NBR 8196 – “Desenho técnico – Emprego de escalas”. 2000; NBR 8402 – “Execução de caractere para escrita em desenho técnico – Procedimento”. 1994 NBR 8403 – “Aplicação de linhas em desenhos – Tipos de linhas – Larguras das linhas – Procedimento” 1984; NBR 8404 – “Indicação do estado de superfícies em desenhos técnicos – Procedimento”. 1984 NBR 9050 – “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos”. 2005 NBR 10582 – “Apresentação da folha para desenho técnico – Procedimento”. 1988; NBR 13531 – “Elaboração de projetos de edificações – Atividades técnicas”. 1995; NBR 13532 “Elaboração de projetos de edificações – Arquitetura”. 1995; NBR 14565 – “Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers”. 2013; NBR 14645-1 – “Elaboração do ‘como construído’ (as built) para edificações – Levantamento planialtimétrico e cadastral de imóvel urbanizado com área até 25 000 m², para

fins de estudos, projetos e edificação – Procedimento”. 2001; NBR 14645-3 – “Elaboração do ‘como construído’ (as built) para edificações – Locação topográfica e controle dimensional da obra – Procedimento”. 2011; NBR 15215-1 – “Iluminação natural – Conceitos básicos e definições”. 2005; NBR 15215-2 – “Iluminação natural – Procedimentos de cálculo para a estimativa da disponibilidade de luz natural”. 2005; NBR 15215-3 – “Iluminação natural – Procedimento de cálculo para a determinação da iluminação natural em ambientes internos”. 2005; NBR 15215-4 – “Iluminação natural – Verificação experimental das condições de iluminação interna de edificações – Método de medição”. 2005; Acústica: NBR 8572 – “Fixação de valores de redução de nível de ruído para tratamento acústico de edificações expostas ao ruído aeronáutico – Procedimento”. 1984; NBR 10151 – “Acústica – Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento”. 2003; NBR 10152 – “Níveis de ruído para conforto acústico – Procedimento”. 1992; NBR 12179 – “Tratamento acústico em recintos fechados – Procedimento”. 1992; Solos e Fundações: NBR 6122 – “Projeto e execução de fundações”. 2010; NBR 6497 – “Levantamento geotécnico”. 1983; NBR 8044 – “Projeto geotécnico – Procedimento”. 1983; NBR 11682 – “Estabilidade de encostas”. 2009; NBR 13441 – “Rochas e solos – Simbologia”. 1995; NBR 16258 – “Estacas pré-fabricadas de concreto — Requisitos”. 2014; Estruturas: NBR 6120 – “Cargas para o cálculo de estruturas de edificações”. 2000; NBR 6123 – “Forças devidas ao vento em edificações”. 2013; NBR 7191 – “Execução de desenhos para obras de concreto simples ou armado”. 1982; NBR 7808 – “Símbolos gráficos para projetos de estrutural”. 1983; NBR 8681 – “Ações e segurança nas estruturas – Procedimento”. 2004; NBR 8851 – “Parafuso sextavado para uso estrutural — Dimensões”. 2012; NBR 14323 – “Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios em situação de incêndio”. 2013; NBR 14432 – “Exigências de resistência ao fogo de elementos construtivos de edificações – Procedimento”. 2001; NBR 15421 – “Projeto de estruturas resistentes a sismos – Procedimento”. 2006; NBR 15696 – “Fôrmas e escoramentos para estruturas de concreto – Projeto, dimensionamento e procedimentos executivos” 2009; NBR 16239 - —Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edificações com perfis tubulares. 2013. Estrutura em concreto: NBR 6118 - —Projeto de estruturas de concreto - Procedimento. 2014; NBR 9062 - —Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado. 2007; NBR 12653 - —Materiais pozolânicos - Requisitos. 2012; NBR 15200 - —Projeto de estruturas de concreto em situação de incêndio. 2012. Estrutura em Aço: NBR 8800 - —Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios. 2008; Alvenaria estrutural: NBR 15961-1 - —Alvenaria estrutural - Blocos de concreto - Projeto. 2011; NBR 15812-1 - —Alvenaria estrutural - Blocos cerâmicos - Projetos. 2010. Gesso Acartonado: NBR 15758-1 - —Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Projeto e procedimentos executivos para montagem - Requisitos para sistemas usados como paredes. 2009; NBR 15758-2 - —Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Projeto e procedimentos executivos para montagem - Requisitos para sistemas usados como revestimentos. 2009; NBR 15758-3 - —Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Projeto e procedimentos executivos para montagem - Requisitos para sistemas usados como paredes - Requisitos para sistemas usados como revestimentos. 2009. Instalações. Hidráulica NBR 7198 - —Projeto e execução de instalações prediais de água quente. 1993;

NBR 15939-2 —Sistemas de tubulações plásticas para instalações prediais de água quente e fria — Polietileno reticulado (PE-X) — Procedimentos para projeto—. 2011. Esgoto. NBR 7367 —Projeto e assentamento de tubulações de PVC rígido para sistemas de esgoto sanitáriol. 1988; NBR 8160 —Sistemas prediais de esgoto sanitário — Projeto e execuçãol. 1999; NBR 9649 —Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário — Procedimentol. 1986; NBR 12207 —Projeto de interceptores de esgoto sanitário — Procedimentol. 1992; NBR 13969 —Tanques sépticos — Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos — Projeto, construção e operaçãool. 1997; NBR 14486 —Sistemas enterrados para condução de esgoto sanitário — Projeto de redes coletoras com tubos de PVCl. 2000. Fios e Cabos — Telefonia. NBR 14306 —Proteção elétrica e compatibilidade eletromagnética em redes internas de telecomunicações em edificações — Projetol. 1999; Ar- condicionado/Aquecedor solar. NBR 15569 —Sistema de aquecimento solar de água em circuito direto — Projeto e instalaçãool. 2008; NBR 16401-1 —Instalações de ar-condicionado — Sistemas centrais e unitários — Projetos das instalaçõesl. 2008. Gás. NBR 15526 —Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais — Projeto e execuçãol. 2013. Proteção e combate a incêndio. NBR 9077 —Saídas de emergência em edifíciosl. 2002; NBR 11742 —Porta corta-fogo para saída de emergêncial. 2003; NBR 11785 —Barra antipânico — Requisitosl. 1997; NBR 13434-1 —Sinalização de segurança contra incêndio e pânico — Princípios de Projetol. 2004; NBR 13434-2 —Sinalização de segurança contra incêndio e pânico — Símbolos e suas formas, dimensões e coresl. 2004; NBR 13434-3 —Sinalização de segurança contra incêndio e pânico — Requisitos e métodos de ensaiol. 2005; NBR 13768 —Acessórios destinados à porta corta-fogo para saída de emergência — Requisitosl. 1999; NBR 14100 —Proteção contra incêndio — Símbolos gráficos para projetol. 1998; NBR 14880 —Saídas de emergência em edifícios — Escadas de segurança — Controle de fumaça por pressurizaçãol. 2014. Revestimento — Pedras naturais. NBR 15846 —Rochas para revestimento — Projeto, execução e inspeção de revestimento de fachadas de edificações com placas fixadas por insertos metálicosl. 2010. Argamassa. NBR 11173 —Projeto e execução de argamassa armada — Procedimentol. 1990. Caixilhos, portas e vidros. NBR 7199 —Projeto, execução e aplicação de vidros na construção civil. 1989. Elevadores. NBR 5665 —Cálculo do tráfego nos elevadoresl. 1987 NBR 16042 —Elevadores elétricos de passageiros — Requisitos de segurança para construção e instalação de elevadores sem casa de máquinasl. 2013. Lazer e Paisagismo. NBR 9818 —Projeto de execução de piscina (tanque e área circundante) — Procedimentol. 1987; NBR 10339 —Projeto e execução de piscina — sistema de recirculação e tratamento — Procedimentol. 1988; NBR 10819 —Projeto e execução de piscina (casa de máquinas, vestiários e banheiros) — Procedimentol. 1989; NBR 11239 —Projeto e execução de piscina (equipamentos para a borda do tanque) — Procedimentol. 1990. Vedação. Alvenaria. NBR 6136 —Blocos vazados de concreto simples para alvenaria — Requisitosl. 2014; NBR 7170 —Tijolo maciço cerâmico para alvenaria—. 1983; NBR 8041 —Tijolo maciço cerâmico para alvenaria — Forma e dimensões — Padronizaçãol. 1983; NBR 10834 —Bloco de solocimento sem função estrutural — Requisitosl. 2013; NBR 14974-1 —Bloco sílico- calcário para alvenaria — Requisitos, dimensões e métodos de ensaiol. 2003; NBR 15270-1 —Componentes cerâmicos — Blocos cerâmicos para alvenaria de vedação — Terminologia e

requisitosl. 2005; NBR 15270-2 – —Componentes cerâmicos – Blocos cerâmicos para alvenaria estrutural – Terminologia e requisitosl. 2005. Gesso acartonado. NBR 15253 – —Perfis de aço formados a frio, com revestimento metálico, para painéis reticulados em edificações – Requisitos geraisl. 2005; NBR 14715-1 – —Chapas de gesso para drywal– Requisitosl. 2010; NBR 15217 – —Perfis de aço para sistemas construtivos em chapas de gesso para —drywalll – Requisitos e métodos de ensaiol. 2009. Divisórias. NBR 11673 – Divisórias leves internas moduladas – Perfis metálicos – Especificaçãol. 1990; NBR 11681 –Divisórias leves internas moduladas – Procedimentol. 1990; NBR 11683 – —Divisórias leves internas moduladas – Procedimentol. 1990; NBR 11684 – —Divisórias leves internas moduladas – Simbologial. 1990; NBR 11685 – —Divisórias leves internas moduladas – Terminologial. 1990; NBR 13964 – —Móveis para escritório – Divisórias tipo painell. 2003; NBR 15141 – Móveis para escritório – Divisória modular tipo p- tetol. 2008; Revestimentos de paredes e ps. NBR 9457 – —Ladrilhos hidráulicos para pavimentação — Especificação e métodos de ensaiol. 2013; NBR 14050 – —Sistemas de revestimentos de alto desempenho, à base de resinas epoxídicas e agregados minerais – Projeto, execução e avaliação do desempenho – Procedimentol. 1998; NBR 15446 – —Painéis de chapas sólidas de alumínio e painéis de material composto de alumínio utilizados em fachadas e revestimentos arquitetônicos – Requisitosl. 2006. Pedras naturais. NBR 15012 – —Rochas para revestimentos de edificações – Terminologial. 2013; NBR 15844 —Rochas para revestimento – Requisitos para granitosl. 2010. Placa Cerâmica. NBR 13816 – —Placas cerâmicas para revestimento – Terminologial. 1997; NBR 13817 – —Placas cerâmicas para revestimento –Classificaçãol. 1997; NBR 13818 – —Placas cerâmicas para revestimento – Especificação e métodos de ensaiosl. 1997; NBR 15463 —Placas cerâmicas para revestimento – Porcelanatul. 2013. Gesso. NBR 13207 – —Gesso para construção civil – Especificaçãol. 1994;NBR 13867 – —Revestimento interno de paredes e tetos com pastas de gesso– Materiais, preparo, aplicação e acabamentol. 1997. Tintas. NBR 11702 – —Tintas para construção civil – Tintas para edificações não industriais – Classificaçãol. 2011; NBR 12554 – —Tintas para edificações não industriais — Terminologial. 2013; NBR 15079—Tintas para construção civil – Especificação dos requisitos mínimos de desempenho de tintas para edificações não industriais – Tinta látex nas cores clarasl. 2011; NBR 15348 – —Tintas para construção civil – Massa niveladora monocomponentes à base de dispersão aquosa para alvenaria Requisitosl. 2006; NBR 15380 – —Tintas para construção civil - Método para avaliação de desempenho de tintas para edificações não industriais - Resistência à radiação UV/condensação de água por ensaio acelerado—, 2006; NBR 15381 – —Tintas para construção civil – Edificações não industriais - Determinação do grau de empolamentol. 2006; NBR 15494 – —Tintas para construção civil – Tinta brilhante à base de solvente com secagem oxidativa – Requisitos de desempenho de tintas para edificações não industriaisl. 2010. Madeira NBR 6451 – Taco de madeira para soalhol. 1984; NBR 15799 – —Ps de madeira com e sem acabamento – Padronização e classificaçãol. 2013. Vinílicos, melamínicos e linóleos. NBR 7374 – —Placa vinílica semiflexível para revestimento de ps e paredes – Requisitos e métodos de ensaiol. 2006; NBR 14833-1 – —Revestimento de ps laminados melamínicos de alta resistência – Requisitos, características, classes e métodos de ensaiol. 2014; NBR 14851-1 – —Revestimentos de ps – Mantas (rolos) e placas de linóleo – Classificação e requisitosl. 2002. Ps elevados.

NBR 11802 — Ps elevados — Especificação. 1991; NBR 12516 — Ps elevados — Simbologia. 1991; NBR 12544 — Ps elevados — Terminologia. 1991. Forro. NBR 14285-1 — Perfil de PVC rígido para forros — Requisitos. 2014. Cimento. NBR 5732 — Cimento Portland comum. 1991; NBR 5733 — Cimento Portland de alta resistência inicial. 1991; NBR 5735 — Cimento Portland de alto-forno. 1991; NBR 5736 — Cimento Portland pozolânico. 1999; NBR 5737 — Cimentos Portland resistentes a sulfatos. 1992; NBR 5753 — Cimento Portland — Ensaio de pozolanicidade para cimento Portland pozolânico. 2010; NBR 5754 — Cimento Portland — Determinação do teor de escória granulada de alto-forno por microscopia. 1992; NBR 7681-1 — Calda de cimento para injeção — Requisitos. 2013; NBR 11578 — Cimento Portland composto — Especificação. 1991; NBR 12989 — Cimento Portland branco — Especificação. 1993; NBR 13116 — Cimento Portland de baixo calor de hidratação — Especificação. 1994; NBR 13847 — Cimento aluminoso para uso em materiais refratários. 2012. Argamassas. NBR 11801 — Argamassa de alta resistência mecânica para ps — Requisitos. 2013; NBR 13281 — Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos — Requisitos. 2005; NBR 13529 — Revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas — Terminologia. 2013; NBR 13749 — Revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas — Especificação. 2013; NBR 14081-1 — Argamassa colante industrializada para assentamento de placas cerâmicas — Requisitos. 2012; NBR 14992 — A.R. — Argamassa à base de cimento Portland para rejuntamento de placas cerâmicas — Requisitos e métodos de ensaios. 2003. Geotêxteis e geossintéticos. NBR 7686 — Revestimentos têxteis de pl. 1983; 10318 — Geossintéticos — Termos e definições. 2013; 10320 — Geotêxteis e produtos correlatos — Identificação na obra. 2013; NBR 15224 — Geotêxteis — Instalação em trincheiras drenantes. 2005. Impermeabilização. NBR 8521 — Emulsões asfálticas com fibras de amianto para impermeabilização — Especificação. 1984; NBR 9227 — Vêu de fibras de vidro para impermeabilização — Especificação. 1986; NBR 9228 — Feltros asfálticos para impermeabilização — Especificação. 1986; NBR 9229 — Mantas de butil para impermeabilização — Especificação. 1988; NBR 9396 — Membrana elastomérica de policloropreno e polietileno clorossulfonado em solução para impermeabilização. 2007; NBR 9575 — Impermeabilização — seleção e projeto. 2010; NBR 9685 — Emulsão asfáltica para impermeabilização. 2005; NBR 9686 — Solução e emulsão asfálticas empregadas como material de imprimação na impermeabilização. 2006; NBR 9690 — Impermeabilização — mantas de cloreto de polivinila (PVC) l. 2008; NBR 9952 — Manta asfáltica para impermeabilização. 2014; NBR 11797 — Mantas de etileno-propileno-dienomonômero (EPDM) para impermeabilização — Especificação. 1992; NBR 11905 — Sistema de impermeabilização composto por cimento impermeabilizante e polímeros — Especificação. 1995; NBR 13321 — Membrana acrílica para impermeabilização. 2008; NBR 13724 — Membrana asfáltica para impermeabilização com estrutura aplicada a quente. 2008; NBR 15352 — Mantas termoplásticas de polietileno de alta densidade (PEAD) e de polietileno linear (PEBDL) para impermeabilização. 2006; NBR 15375 — Bocal de etileno-propileno-dieno monômero (EPDM) para impermeabilização de descida de águas. 2007; NBR 15460 — Membrana elastomérica de butileno preno em solução para impermeabilização. 2007; NBR 15487 — Membrana de poliuretano para impermeabilização. 2007. Elevadores NBR 5666 — Elevadores

elétricos. 1977; NBR 10982 – —Elevadores elétricos – Dispositivo de operação e sinalização – Padronização. 1990; NBR 12892 – —Elevadores unifamiliares ou de uso restrito à pessoa com mobilidade reduzida – Requisitos de segurança para construção e instalação. 2009; NBR 14712 – —Elevadores elétricos e hidráulicos – Elevadores de carga, monta-cargas e elevadores de maca – Requisitos de segurança para construção e instalação. 2013; NBR 15597 – —Requisitos de segurança para a construção e instalação de elevadores – Elevadores existentes – Requisitos para melhoria da segurança dos elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de passageiros e cargas. 2010; NBR 16200 – —Elevadores de canteiros de obras para pessoas e materiais com cabina guiada verticalmente – Requisitos de segurança para construção e instalação—. 2013; NBR NM 196 – —Elevadores de passageiros e monta-cargas – Guias para carros e contrapesos – Perfil Tl. 2000; NBR NM 207 – —Elevadores elétricos de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação. 2005; NBR NM 267 – —Elevadores hidráulicos de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação. 2002; NBR NM 313 – —Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência. 2008; Solos e fundações NBR 6502 – —Rochas e solos. 1995. Asfalto Elastomérico. NBR 9910 – —Asfaltos modificados para impermeabilização sem adição de polímeros – Características de desempenho. 2002. NBR 13121 – —Asfalto elastomérico para impermeabilização. 2009; NBR 15414 – —Membrana de poliuretano com asfalto para impermeabilização. 2006. Estrutura Concreto Armado NBR 7480 – —Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado – Especificação. 2008; NBR 7481 – —Tela de aço soldada – Armadura para concreto. 1990; NBR 7482 – —Fios de aço para concreto protendido – Especificação. 2008; NBR 7483 – —Cordoalhas de aço para estruturas de concreto protendido – Especificação. 2008; NBR 11768 – —Aditivos químicos para concreto de cimento Portland – Requisitos. 2011; NBR 14862 – —Armaduras treliçadas eletrossoldadas Requisitos. 2002; NBR 15530 – —Fibras de aço para concreto – Especificações. 2007; NBR 15894-1 – —Metacaulim para uso com cimento Portland em concreto, argamassa e pasta – Requisitos. 2010; Agregado NBR 7211 – —Agregado para concreto – Especificação. 2009; NBR 9935 – —Agregados – Terminologia. 2011; NBR 15116 – Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – Utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural – Requisitos. 2004; NBR 13956-1 – —Sílica ativa para uso com cimento Portland em concreto, argamassa e pasta – Requisitos. 2012; NBR NM 66 – —Agregados – Constituintes mineralógicos dos agregados naturais— Terminologia. 1998. Aço NBR 5884 – —Perfil I estrutural de aço soldado por arco elétrico – Requisitos gerais. 2013; NBR 5920 – —Bobinas e chapas finas laminadas a frio e de aço de baixa liga, resistentes à corrosão atmosférica, para uso estrutural – Requisitos. 2009; NBR 5921 – —Bobinas e chapas finas a laminadas a quente de aço de baixa liga, resistentes à corrosão atmosférica, para uso estrutural – Requisitos. 2009; NBR 6323 – —Galvanização de produtos de aço ou ferro fundido – Especificação. 2007; NBR 6355 – —Perfis estruturais de aço formados a frio – Padronização. 2012; NBR 8965 – —Barras de aço CA 42 S com características de soldabilidade destinadas a armaduras para concreto armado – Especificação. 1985; NBR 9971 – —Elementos de fixação dos componentes das estruturas metálicas –Especificação. 1987; NBR 14762 – —Dimensionamento de

estruturas de aço constituídas por perfis formados a friol. 2010; NBR 14951 —Sistemas de pintura em superfícies metálicas – Defeitos e correçõesl. 2003; NBR 15279 —Perfis estruturais de aço soldados por alta frequência (eletrofusão) – Perfis I, H e T – Requisitosl. 2005. Alvenaria estrutural NBR 8491 —Tijolo de solo-cimento — Requisitosl. 2013. Pré- moldados e pré-fabricados NBR 14859-1 —Laje pré-fabricada – Requisitos – Lajes unidirecionaisl. 2002; NBR 14859-2 —Laje pré- fabricada – Requisitos – Lajes bidirecionaisl. 2002; NBR 14860-1 —Laje pré-fabricada – Pré-laje – Requisitos – Lajes unidirecionaisl. 2002; NBR 14860-2 —Laje pré-fabricada – Pré-laje – Requisitos – Lajes bidirecionaisl. 2002; NBR 14861 —Lajes alveolares pré-moldadas de concreto protendido – Requisitos e procedimentosl. 2011. Instalações Cores de Identificação NBR 6493 —Emprego de cores para identificação de tubulaçõesl. 1994. Instalações Hidráulicas NBR 5626 —Instalação predial de água fria. 1998; NBR 5647-1 —Sistemas para adução e distribuição de água – Tubos e conexões de PVC 6,3 com junta elástica e com diâmetro nominais até DN 100 – Requisitos geraisl. 2007; NBR 5647-2 —Sistemas para adução e distribuição de água – Tubos e conexões de PVC 6,3 com junta elástica e com diâmetro nominais até DN 100 – Requisitos específicos para tubos com pressão nominal PN 1,0 MPa. 1999; NBR 5647-3 —Sistemas para adução e distribuição de água – Tubos e conexões de PVC 6,3 com junta elástica e com diâmetro nominais até DN 100 – Requisitos específicos para tubos com pressão nominal PN 0,75 MPa. 2000; NBR 5647-4 —Sistemas para adução e distribuição de água – Tubos e conexões de PVC 6,3 com junta elástica e com diâmetro nominais até DN 100 – Requisitos específicos para tubos com pressão nominal PN 0,60 MPa. 1999; NBR 5649 —Reservatório de fibrocimento para água potável – Requisitosl. 2006; NBR 8220 —Reservatório de poliéster, reforçado com fibra de vidro, para água potável para abastecimento de comunidades de pequeno porte – Especificaçãol. 1983; NBR 10281 —Torneira de pressão - Requisitos e métodos de ensaiol. 2003; NBR 10283 —Revestimentos eletrolíticos de metais e plásticos sanitários – Requisitos e métodos de ensaiol. 2008; NBR 10355 —Reservatório de poliéster reforçado com fibra de vidro – Capacidades nominais – Diâmetros internos – Padronizaçãol. 1988; NBR 11304 —Cavalete de polipropileno DN 20 para ramais prediais – Especificaçãol. 1990; NBR 11535 —Misturadores para pia de cozinha tipo mesa – Especificaçãol. 1991; NBR 11815 —Misturadores para pia de cozinha tipo parede – Especificaçãol. 1991; NBR 13210 —Reservatório de poliéster reforçado com fibra de vidro para água potável - Requisitos e métodos de ensaiol. 2006; NBR 13466 —Registro tipo ferrule em ligas de cobre para ramal prediall. 1995; NBR 13713 —Instalações hidráulicas prediais – Aparelhos automáticos acionados mecanicamente e com ciclo de fechamento automático – Requisitos e métodos de ensaiol. 2009; NBR 14121 —Ramal predial - Registro tipo macho em ligas de cobre – Requisitosl. 1998; NBR 14122 —Ramal predial – Cavalete galvanizado DN 20 – Requisitosl. 1998; NBR 14534 —Torneira de boia para reservatórios prediais de água potável – Requisitos e métodos de ensaiol. 2000; NBR 14799 —Reservatório com corpo em polietileno, com tampa em polietileno ou em polipropileno, para água potável, de volume nominal até 2 000 L (inclusive) — Requisitos e métodos de ensaiol. 2011; NBR 14863 —Reservatório de aço inoxidável para água potável. 2012; NBR 15704-1 —Registro - Requisitos e métodos de ensaio Parte 1: Registros de pressãol, NBR 15705 —Instalações hidráulicas prediais – Registro de gaveta – Requisitos e métodos de ensaiol. 2009;

NBR 15813-1 — Sistemas de tubulações plásticas para instalações prediais de água quente e fria — Tubos de polipropileno copolímero random (PP-R) tipo 3 — Requisitosl. 2010; NBR 15813-2 — Sistemas de tubulações plásticas para instalações prediais de água quente e fria — Conexões de polipropileno copolímero random (PP-R) tipo 3 — Requisitosl. 2010; NBR 15813-3 — Sistemas de tubulações plásticas para instalações prediais de água quente e fria — Tubos e conexões de polipropileno copolímero random (PP-R) tipo 3 — Montagem, instalação, armazenamento e manuseiol. 2010. Tubos PVC NBR 11363 — Tubos termolantes à base de lã de rocha — Especificaçãol. 1995; NBR 5648 — Tubos e conexões de PVC-U com junta soldável para sistemas prediais de água fria — Requisitosl. 2010; NBR 5680 — Dimensões de tubos de PVC rígido. 1977; NBR 5685 — Tubos e conexões de PVC — Verificação do desempenho de junta elástical. 1999; NBR 5688 — Tubos e conexões de PVC-U para sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação — Requisitosl. 2010; NBR 7362-1 — Sistemas enterrados para condução de esgoto — Requisitos para tubos de PVC com junta elástical. 2007; NBR 7362-2 — Sistemas enterrados para condução de esgoto — Requisitos para tubos de PVC com parede maciçal. 1999; NBR 7362-3 — Sistemas enterrados para condução de esgoto — Requisitos para tubos de PVC com dupla paredel. 2005; NBR 7362-4 — Sistemas enterrados para condução de esgoto — Requisitos para tubos PVC com parede de núcleo celular. 2005; NBR 7372 — Execução de tubulações de pressão — PVC rígido com junta soldada, rosqueada, ou com anéis de borrachal. 1982; NBR 10570 — Tubos e conexões de PVC rígido com junta elástica para coletor predial e sistema condominial de esgoto sanitário — Tipos e dimensões — Padronizaçãol. 1988; NBR 10569 — Conexões de PVC rígido com junta elástica, para coletor de esgoto sanitário — Tipos e dimensões — Padronizaçãol. 2002; NBR 10925 — Cavalete de PVC DN 20 para ramais prediais — Especificaçãol. 1989; NBR 15884-1 — Sistemas de tubulações plásticas para instalações prediais de água quente e fria — Policloreto de vinila clorado (CPVC) Parte 1: Tubos — Requisitosl. 2011; NBR 15884-2 — Sistemas de tubulações plásticas para instalações prediais de água quente e fria — Policloreto de vinila clorado (CPVC) Parte 2: Conexões — Requisitosl. 2011. Polietileno NBR 8417 — Sistemas de ramais prediais de água — Tubos de polietileno PE — Requisitosl. 1999; NBR 14472 — Tubos e conexões de polietileno PE 80 e PE 100 — Qualificação de soldadorl. 2000. Ferro e Aço NBR 7007 — Açocarbono e microligados para barras e perfis laminados a quente para uso estrutural. 2011; NBR 8161 — Tubos e conexões de ferro fundido para esgoto e ventilação — Formatos e dimensões — Padronizaçãol. 1983; NBR 8261 — Tubos de aço-carbono, formado a frio, com e sem solda, de seção circular, quadrada ou retangular para usos estruturaisl. 2010; NBR 9651 — Tubo e conexão de ferro fundido para esgoto — Especificaçãol. 1986; Cobre NBR 5020 — Tubos de cobre sem costura para uso geral — Requisitosl. 2004; NBR 7541 — Tubo de cobre sem costura para refrigeração e ar condicionado — Requisitosl. 2004; NBR 7812 — Tubos de cobre, sem costura, para condução de fluidos de aplicações em veículos rodoviários, tratores e similaresl. 1977; NBR 11720 — Conexões para união de tubos de cobre por soldagem ou brasagem capilar — Requisitosl. 2010; NBR 13206 — Tubo de cobre leve, médio e pesado, sem costura, para condução de fluidos — Requisitosl. 2010; NBR 14745 — Tubo de cobre sem costura flexível, para condução de fluidos — Requisitosl. 2010; NBR 15277 — Conexões com terminais de compressão para uso com tubos de cobre — Requisitosl. 2012. Aparelhos sanitários NBR 11778

— Aparelhos sanitários de material plástico – Especificação. 1990; NBR 12451 – —Cuba de material plástico para pia - Dimensões – Padronização. 1990; NBR 15097-1— Aparelhos sanitários de material cerâmico – Requisitos e métodos de ensaiol. 2011.Descargas, válvulas e sifão NBR 14162 —Aparelhos sanitários – Sifão – Requisitos e métodos de ensaiol. 2011; NBR 15423 – —Válvulas de escoamento – Requisitos e métodos de ensaiol. 2006; NBR 15491 – —Caixa de descarga para limpeza de bacias sanitárias – Requisitos e métodos de ensaiol. 2010; NBR 15857 —Válvula de descarga para limpeza de bacias sanitárias — Requisitos e métodos de ensaiol. 2011. Chuveiros, torneiras e misturadores NBR 12483 – —Chuveiros elétricos – Padronização. 1992; NBR 14011 – Aquecedores instantâneos de água e torneiras elétricas – Requisitos. 1997; NBR 14390 – Misturador para lavatório – Requisitos e métodos de ensaiol. 2001; NBR 14877 – —Ducha Higiênica - Requisitos e métodos de ensaiol. 2002; NBR 14878 – —Ligações flexíveis para aparelhos hidráulicos sanitários - Requisitos e métodos de ensaiol 2004; NBR 15206 – Instalações hidráulicas prediais - Chuveiros ou duchas - Requisitos e métodos de ensaiol. 2005; NBR 15267 – —Instalações hidráulicas prediais - Misturador monocomando para lavatório - Requisitos e métodos de ensaio—. 2005.Sistemas sanitários NBR 1220— Elaboração de projetos hidráulico-sanitários de estações de tratamento de esgotos sanitários. 2011; NBR 9058 – —Sistemas de ramais prediais de água – Tubos de polietileno PE – Determinação do teor de negro-de-fumo. 1999. Elétricas NBR 11301 – —Cálculo da capacidade de condução de corrente de cabos lados em regime permanente (fator de carga 100%) – Procedimento. 1990; NBR 5123 —Relé fotelétrico e tomada para iluminação – Especificação e método de ensaiol. 1998; NBR 5410 – —Instalações elétricas de baixa tensão. 2008; NBR 5419 – —Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas. 2005; NBR 5431 – —Caixas e invólucros para acessórios elétricos para instalações elétricas fixas domésticas e análogas – Dimensões. 2008; NBR 5440 – —Transformadores para redes aéreas de distribuição – Requisitos. 2014; NBR 5444 – —Símbolos gráficos para instalações elétricas prediais. 1989; NBR 5456 – —Eletricidade geral – Terminologia. 2010 NBR 5461 – Iluminação. 1991; NBR 5471 —Condutores elétricos. 1986; NBR 5356-1 – —Transformadores de Potência – Generalidades. 2010; NBR 5356-2 – Transformadores de Potência – Aquecimento. 2008; NBR 5356-4 – Transformadores de Potência – Guia para ensaio de impulso atmosférico e de manobra para transformadores e reatores. 2008; NBR 5356-5 – Transformadores de Potência – Capacidade de resistir a curtos-circuitos. 2010; NBR 6251 —Cabos de potência com lação extrudada para tensões de 1 KV a 35 KV — Requisitos construtivos. 2013; NBR 7036 – —Recebimento, instalação e manutenção de transformadores de potência para distribuição, imersos em líquidos lantes. 1990; NBR 7282 – Dispositivos fusíveis de alta tensão — Dispositivos tipo expulsão — Requisitos e métodos de ensaiol. 2011; NBR 9513 – —Emendas para cabos de potência lados para tensões até 750 V — Requisitos e métodos de ensaiol. 2010; NBR 10299 – —Cabos elétricos em corrente alternada e a impulso – Análise estatística da rigidez dielétrica. 2011; NBR 10506— Silicone para aplicações elétricas — Verificação das propriedades. 2011; NBR 10710 – —Líquido lante elétrico – Determinação do teor de água. 2006; NBR 10898 – —Sistema de iluminação de emergência. 2013; NBR 13248 – Cabos de potência e controle e condutores lados sem cobertura, com lação extrudada e com baixa emissão de fumaça para tensões até 1 KV – Requisitos de desempenho. 2000; NBR 13534 –

—Instalações elétricas de baixa tensão – Requisitos específicos para instalação em estabelecimentos assistenciais de saúde. 2008; NBR 13570 – —Instalações elétricas em locais de afluência de público – Requisitos específicos. 1996; NBR 13571 – —Haste de aterramento aço- cobreada e acessórios – Especificação. 1996; NBR 14039 – —Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV. 2005; NBR 14136 – —Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20 A/250 V em corrente alternada – Padronização. 2013; NBR 14565 – —Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers. 2013; NBR 14744—Poste de aço para iluminação. 2001; NBR 14936 – —Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo – Adaptadores – Requisitos específicos. 2012; NBR 15443 —Fios, cabos e condutores elétricos — Verificação dimensional e de massa. 2006; NBR 17094-1 – —Máquinas elétricas girantes – Motores de indução – Trifásicos. 2013; NBR 17094- 2 – —Máquinas elétricas girantes – Motores de indução – Monofásicos. 2008; NBR 14733 – —Vergalhão de cobre para uso elétrico – Requisitos. 2001; NBR 60670-1 – —Caixas e invólucros para acessórios elétricos para instalações elétricas fixas domésticas e análogas – Requisitos gerais. 2014; NBR 60947-1 – Dispositivo de manobra e comando de baixa tensão – Regras gerais. 2013; NBR 60947-3 – Dispositivo de manobra e comando de baixa tensão – Interruptores, seccionadores, interruptores-seccionadores e unidades combinadas de dispositivo fusível. 2014; NBR IEC 60947-4.1 – —Dispositivo de manobra e comando de baixa tensão – Contadores e partidas de motores – Contadores e partidas de motores eletromecânicos. 2009; NBR IEC 60947-6.1 – Aparelhagem de baixa tensão - Equipamento com funções múltiplas – Transferência equipamentos de comutação. 2005; NBR IEC 60947-7.1 – —Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão - Equipamentos auxiliares — Blocos de conexão para condutores de cobre. 2014; NBR IEC 60947-7.2 – —Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão - Dispositivos auxiliares — Blocos de conexão para condutor de proteção para condutores em cobre. 2014; NBR IEC 62208 – —Invólucros vazios destinados a um conjunto de manobra e controle de baixa tensão— Requisitos gerais. 2014; NBR IEC 60050 – —Vocabulário eletrotécnico internacional – Capítulo 826: Instalações elétricas em edificações. 2004; NBR IEC 60269-1 – —Fusíveis de baixa tensão - Requisitos gerais. 2009; NBR IEC 60269-2 – Fusíveis de baixa tensão - Parte 2: Regras suplementares para fusíveis para uso por pessoas autorizadas (fusíveis para usos essencialmente industriais) - Exemplos de sistemas padronizados de fusíveis A a K. 2013; NBR IEC 60269-3 – —Fusíveis de baixa tensão – Regras suplementares para fusíveis para uso por pessoas não qualificadas (fusíveis para usos essencialmente domésticos ou aplicações similares) - Exemplos de sistemas padronizados de fusíveis A a F. 2013; NBR IEC 60269-4 —Dispositivos-fusíveis de baixa tensão – Requisitos suplementares para dispositivos-fusíveis para uso por pessoas não qualificadas (dispositivos-fusíveis para uso principalmente doméstico e similares) – Seções I a IV. 2012; NBR IEC 60432-2 – Especificações de segurança para lâmpadas incandescentes – Lâmpadas halógenas para uso doméstico e iluminação geral similar. 1998; NBR IEC 60439-1 – Conjuntos de manobra e controle de baixa tensão – Conjuntos com ensaio de tipo totalmente testados (TTA) e conjuntos com ensaio de tipo parcialmente testados (PTTA). 2003; NBR IEC 60439-2 – —Conjuntos de manobra e controle de baixa tensão – Requisitos particulares para linhas elétricas pré-fabricadas (sistemas de barramentos blindados). 2007; NBR IEC 60439-3 – —Conjuntos de manobra e controle de baixa tensão –

Requisitos particulares para montagem de acessórios de baixa tensão destinados a instalação em locais acessíveis a pessoas não qualificadas durante sua utilização – Quadros de distribuição. 2004; NBR IEC 60529 – —Graus de proteção para invólucros de equipamentos elétricos (código IP). 2011; NBR IEC 60669-2.1 – —Interruptores para instalações elétricas fixas residenciais e similares – Requisitos particulares – Interruptores eletrônicos. 2005; NBR IEC 60669-2.2 – Interruptores para instalações elétricas fixas residenciais e similares – Requisitos particulares – Seção 2: Interruptores de comando a distância (telerruptores). 2014; NBR IEC 60669-2.3 – Interruptores para instalações elétricas fixas residenciais e similares – Requisitos particulares – Interruptores temporizados. 2014; NBR NM 60884-1 —Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo – Requisitos gerais (IEC 60884-1:2006 MOD). 2010; NBR NM 60884-2 – Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo – Requisitos particulares para tomadas para aparelhos. 2008; NBR 5597 – —Eletroduto de aço-carbono e acessórios, com revestimento protetor e rosca NPT – Requisitos. 2013; NBR 5598 – —Eletroduto de aço-carbono e acessórios, com revestimento protetor e rosca BSP–Requisitos. 2013; NBR 5624 – Eletroduto rígido de aço-carbono, com costura, com revestimento protetor e rosca ABNT; NBR 8133 — Requisitos. 2012 NBR 13057 – —Eletroduto rígido de aço-carbono, com costura, zincado eletroliticamente e com rosca ABNT; NBR 8133 — Requisitos. 2012; NBR 15465 – —Sistemas de eletrodutos plásticos para instalações elétricas de baixa tensão – Requisitos de desempenho. 2008 ABNT; NBR 15701 – —Conduletes metálicos roscados e não roscados para sistemas de eletrodutos. 2012. Disjuntores NBR 5175 – Código numérico das funções dos dispositivos de manobra, controle e proteção de sistemas de potencial. 1988; NBR NM 60898 – Disjuntores para proteção de sobrecorrentes para instalações domésticas e similares (IEC 60898:1995, MOD). 2004; NBR IEC 60947-2 – —Dispositivo de manobra e comando de baixa tensão – Disjuntores. 2014. Interruptores ABNT NBR NM 61008-1 – Interruptores a corrente diferencial residual para usos domésticos e análogos sem dispositivo de proteção contra sobrecorrentes (RCCB) Regras gerais (IEC 61008-1:1996, MOD). 2007; ABNT NBR NM 61008-2 – —Interruptores a corrente diferencial residual para usos domésticos e análogos sem dispositivo de proteção contra sobrecorrentes (RCCB) Requisitos particulares – Interruptores eletrônicos. Aplicabilidade das regras gerais aos RCCB funcionalmente independentes da tensão de alimentação (IEC 61008-2-1:1990, MOD). 2005. Fios e cabos NBR 6810 – —Fios e cabos elétricos – Tração à ruptura em componentes metálicos. 2010; NBR 7286 – —Cabos de potência com lação extrudada de borracha etilenopropileno (EPR) para tensões de 1 KV a 35 KV – Requisitos de desempenho. 2001; NBR 7288 —Cabos de potência com lação sólida extrudada de cloreto de polivinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1 KV a 6 KV. 1994; NBR 9311 – —Cabos elétricos lados – Designação – Classificação. 1986; NBR NM 280 – —Condutores de cabos lados (IEC 60228, MOD). 2011. Cobre NBR 5111 – —Fios de cobre nus, de seção circular, para fins elétricos. 1997; NBR 5349 – —Cabos nus de cobre mole para fins elétricos – Especificação. 1997; NBR 5368 – —Fios de cobre mole estanhados para fins elétricos – Especificação. 1997; NBR 8120 – —Fios de aço revestido de cobre, nus, para fins elétricos - Especificação. Alumínio NBR 5118 – —Fios de alumínio 1350 nus, de seção circular, para fins elétricos. 2007; NBR 5285 – —Fios de liga alumínio-magnésio-silício, têmpera T81, nus, de seção circular, para fins elétricos – Especificação. 2010;

NBR 10711 – —Fios de aço revestido de alumínio, nus, para fins elétricos — Especificação. 2011; NBR 12609 – —Alumínio e suas ligas — Tratamento de superfície — Anodização para fins arquitetônicos — Requisitos. 2012.; Telecomunicações - Fios e Cabos NBR 9116 – —Fio telefônico externo FE, lado com cloreto de polivinila (PVC), polietileno (PE) ou copolímero – Especificação. 2001; NBR 9123 – —Fio telefônico FDG lado com cloreto de polivinila (PVC) – Especificação. 2001; NBR 10501 – —Cabo telefônico blindado para redes internas – Especificação. 2002; NBR 14705 – —Cabos internos para telecomunicações – Classificação quanto ao comportamento frente à chama. 2010. Ar-condicionado/Aquecedor solar NBR 13971 – —Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção programada. 2014; NBR 15747-1 – —Sistemas solares térmicos e seus componentes – Coletores solares – Requisitos gerais. 2009; NBR 16401-2 – —Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários – Parâmetros de conforto térmico. 2008; NBR 16401-3 – —Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários – Qualidade do ar interior. 2008. Gás NBR 5899 – —Aquecedor de água a gás instantâneo. 1995; NBR 8130 – —Aquecedor de água a gás tipo instantâneo – Requisitos e métodos de ensaio. 2004; NBR 8473 – —Regulador de baixa pressão para gás liquefeito de petróleo (GLP) com capacidade até 4 kg/hl. 2005; NBR 8613 – —Mangueira de PVC plastificado para instalações domésticas de gás liquefeito de petróleo (GLP). 1999; NBR 10540 – —Aquecedores de água a gás tipo acumulação – Terminologia. 1988; NBR 10627 – —Tubo de ferro fundido dúctil centrifugado para canalizações de gás combustível – Especificação. 1989; NBR 10628 – —Junta elástica de tubos e conexões de ferro fundido dúctil para canalizações de gás combustível – Especificação. 1989; NBR 10629 – —Anel de borracha para junta elástica e junta mecânica de tubos e conexões de ferro fundido dúctil para canalizações de gás combustível – Especificação. 1989; NBR 12727 – Medidor de gás tipo diafragma para instalações residenciais – Padronização. 2008; NBR 13103 – —Instalação de aparelhos a gás para uso residencial — Requisitos. 2013; NBR 13127 – —Medidor de gás tipo diafragma, para instalações residenciais – Especificação. 2009; NBR 13419 – —Mangueira de borracha para condução de gases GLP/GN/GNF – Especificação. 2001; NBR 13523 – —Central de gás liquefeito de petróleo (GLP). 2008; NBR 14177 – —Tubo flexível metálico para instalações de gás combustível de baixa pressão. 2008; NBR 14461 – —Sistemas para distribuição de gás combustível para redes enterradas – Tubos e conexões de polietileno PE 80 e PE 100 – Instalação em obra por método destrutivo (vala a céu aberto). 2000; NBR 14955 – —Tubo flexível de borracha para uso em instalações de GLP/GN – Requisitos e métodos de ensaios. 2003. Lantes Térmicos NBR 6488 – —Componentes de construção – Determinação da condutância e transmitância térmica – Método da caixa quente protegida. 1980; NBR 7213 – —Agregados leves para concreto lante térmico — Requisitos. 2013; NBR 9230 – —Vermiculita expandida – Especificação. 1986; NBR 9688 – —lantes térmicos de lã cerâmica mantas – Especificação. 1986; NBR 9909 – —lantes térmicos de lã cerâmica – Painéis – Especificação. 1987; NBR 10404 – —lantes térmicos de lã cerâmica – Flocos – Especificação. 1988; NBR 10412 – —lantes térmicos de lã de vidro feltros de lamelas — Especificação. 2013; NBR 11360 – —lantes térmicos de lã de vidro – Flocos – Especificação. 1989; NBR 11364 – —Painéis termolantes à base de lã de rocha – Especificação. 1995; NBR 11626 – —lantes térmicos de lã de rocha –

Flocos – Especificação. 1989; NBR 11722 – —Feltros termolantes à base de lã de rocha – Especificação. 1995; NBR 11752 – —Materiais celulares de poliestireno para lamento térmico na construção civil e refrigeração industrial. 2007; NBR 13047 – —lante térmico de lã de rocha – Mantas flexíveis com suporte de tela metálica. 2001. Proteção e combate a incêndio NBR 5667-1 – —Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil – Hidrantes de colunar. 2006; NBR 5667-2 – —Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil – Hidrantes subterrâneos. 2006; NBR 5667-3 – —Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil – Hidrante de colunas com obturação própria. 2006; NBR 6135 —Chuveiros automáticos para extinção de incêndio – Especificação. 1992; NBR 6479 – —Portas e vedadores – Determinação da resistência ao fogo. 1992; NBR 10897 – —Sistema de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos – Requisitos. 2008; NBR 11358 – —Painéis termolantes à base de lã de vidro. 2013; NBR 11361 – —Mantas termolantes à base de lã de vidro. 2013; NBR 11362 – —Feltros termolantes à base de lã de vidro. 2013; NBR 11711 – —Portas e vedadores corta-fogo com núcleo de madeira para lamento de riscos em ambientes comerciais e industriais. 2003; NBR 11836 – —Detectores automáticos de fumaça para proteção contra incêndio. 1991; NBR 11861 – —Mangueira de incêndio – Requisitos e métodos de ensaio. 1998; NBR 12615 – —Sistema de combate a incêndio por espuma. 1992; NBR 12693 – Sistemas de proteção por extintores de incêndio. 2013; NBR 12779 – —Mangueira de incêndio – Inspeção, manutenção e cuidados. 2009; NBR 13418 – —Cabos resistentes ao fogo para instalações de segurança – Especificação. 1995; NBR 13714 —Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio. 2000; NBR 13792 – —Proteção contra incêndio, por sistema de chuveiros automáticos, para áreas de armazenamento em geral – Procedimento. 1997; NBR 13848 – —Acionador manual para utilização em sistemas de detecção e alarme de incêndio. 1997; NBR 13860 —Glossário de termos relacionados com a segurança contra incêndio. 1997; NBR 14100 – —Proteção contra incêndio – Símbolos gráficos para projeto. 1998; NBR 14276 – —Brigada de incêndio – Requisitos. 2007; NBR 14349 – —União para mangueira de incêndio – Requisitos e métodos de ensaio. 1999; NBR 14870-1 – —Esguicho para combate a incêndio – Esguicho básico de jato regulável. 2013; NBR 15808 —Extintores de incêndio portáteis. 2014; NBR 15809 – —Extintores de incêndio sobre rodas. 2014; NBR 15281 – —Porta corta-fogo para entrada de unidades autônomas e de compartimentos específicos de edificações. 2005; NBR 17240 – —Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos. 2010; 6944-1 —Contenção de incêndio - Elementos de construção civil - Parte 1: As condutas de ventilação—. 2008. Pavimentação NBR 9781 – —Peças de concreto para pavimentação – Especificação e métodos de ensaio. 2013; NBR 11170 – —Serviços de pavimentação – Terminologia. 1991; NBR 11171 – —Serviços de pavimentação – Classificação. 1990. - Sistema de Gestão ambiental relativo às atividades da equipe de meio ambiente, tendo como base a ABNT NBR 140001; - Decreto nº 47.474/2018 – Altera o Decreto nº 47.383, de 2 de março de 2018, que estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades. - DN Copam nº 217/2017 - Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios

locacionais a serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências; - DN Conjunta Copam/CERH-MG 01/2008 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. - Lei nº 9.433/1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inc. XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei no 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989. - NBR 10004 – Resíduos Sólidos - Classificação. - Resolução Conama nº 3/1990 – Dispõe sobre os padrões de qualidade do ar, previstas no Pronar. - Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de Concessões Públicas, prevista no art. 175 da Constituição Federal de 1988; A Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro 2004, que institui normas gerais para Licitação e Contratação de Parceria Público-Privada (PPP);

1.3 ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

1.3.1 São participantes da Ata de Registro de Preços todos os municípios consorciados à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF, como abaixo discriminado, com a possibilidade de adesão de outros interessados:

1	Bocaiuva
2	Botumirim
3	Brasília de Minas
4	Buritizero
5	Campo Azul
6	Capitão Enéas
7	Chapada Gaúcha
8	Claro dos Poções
9	Cônego Marinho
10	Coração de Jesus
11	Cristália
12	Curvelo
13	Engenheiro Navarro
14	Francisco Dumont
15	Francisco Sá
16	Glaucilândia
17	Ibiaí
18	Ibiracatu
19	Icaraí de Minas
20	Jaíba
21	Januária

22	Jequitaí
23	Joaquim Felício
24	Juramento
25	Lagoa dos Patos
26	Lassance
27	Lontra
28	Luislandia
29	Mamonas
30	Manga
31	Matias Cardoso
32	Miravânia
33	Patis
34	Pedras de Maria da Cruz
35	Pintópolis
36	Pirapora
37	Ponto Chique
38	Santa Fé de Minas
39	São Francisco
40	São João da Lagoa
41	São João do Pacuí
42	São Romão
43	Várzea da Palma
44	Vespasiano

1.4. DA JUSTIFICATIVA E DA NECESSIDADE

No atual, existem políticas públicas relacionadas à infraestrutura para o desenvolvimento do país, como Planejamento Urbano, Saneamento, Transporte e Mobilidade, Habitação, Energia e Meio Ambiente. Estas políticas são essenciais para nortear as ações que visam à melhoria da qualidade de vida de toda a população. Torna-se importante destacar que políticas públicas sociais, objetivam a diminuição das desigualdades em nossa sociedade, buscando melhores condições de vida à população.

Neste sentido a política pública urbana é regulamentada pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal através do estabelecimento de diretrizes gerais da política urbana. Em seu artigo 2º consta que a política urbana tem por excelência ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Os municípios buscam realizar investimentos que venham propiciar melhorias na qualidade de vida, segurança e bem-estar de seus munícipes, por meio de obras e serviços que favoreçam o aprimoramento do processo de urbanização local. Haja vista, que para darmos os

procedimentos necessários à urbanização de uma cidade é de grande importância à utilização de estudos preliminares que mostram em que situação que a mesma se encontra, após esses estudos pode ser identificada qual será a melhor forma para resolver os problemas e atender as expectativas dos municípios, através dos projetos de engenharia.

Desse modo apontamos o levantamento topográfico como estudos preliminares de grande importância, pois nele estará descrito através do projeto topográfico, de forma técnica, a situação do terreno, lotes, suas localizações e coordenadas, curva de nível, entre outros.

Neste prisma, vale ressaltar a necessidade da investigação geotécnica, que além de minimizar os riscos e custos, é uma forma de demonstrar responsabilidade para com a sociedade e respeito à natureza.

Diante da realidade dos municípios do qual não detém em seu quadro de funcionários suficientes para atender a crescente demanda, ao decidir pela contratação de uma empresa de engenharia para elaboração de projetos e fiscalização de obra em um município que não possui engenheiros em seu quadro de funcionários, destacando a importância da diversidade da área de engenharia, são alguns pontos importantes a destacar:

Ampla Gama de Competências: A engenharia abrange diversas disciplinas, como civil, elétrica, mecânica, ambiental, entre outras. Contratar uma empresa especializada permite acesso a uma gama mais ampla de competências, garantindo que todos os aspectos do projeto sejam tratados por profissionais qualificados em suas respectivas áreas.

Interdisciplinaridade: Projetos de construção muitas vezes demandam uma abordagem interdisciplinar. Engenheiros civis, elétricos, hidráulicos e ambientais, por exemplo, trabalham de maneira integrada para garantir a funcionalidade e a eficiência do projeto como um todo.

Conformidade com Normas Específicas: Cada disciplina da engenharia está sujeita a normas e regulamentações específicas. A contratação de uma empresa de engenharia assegura a conformidade com todas as normas pertinentes, garantindo a segurança e a legalidade do projeto.

Flexibilidade e Adaptabilidade: Uma equipe diversificada de engenheiros traz consigo flexibilidade e adaptabilidade para lidar com desafios e demandas específicas de diferentes fases do projeto.

Expertise Especializada: Profissionais especializados em suas respectivas disciplinas trazem expertise que pode ser crucial para a eficácia e a qualidade do projeto. Por exemplo, um engenheiro elétrico pode garantir um sistema elétrico eficiente, enquanto um engenheiro civil foca na integridade estrutural.

Soluções Inovadoras e Criativas: A diversidade na equipe de engenharia pode estimular a geração de ideias inovadoras e criativas, resultando em soluções mais eficientes e sustentáveis para os desafios do projeto.

Abordagem Holística: A presença de diferentes disciplinas de engenharia permite uma

abordagem holística ao projeto, considerando não apenas aspectos técnicos, mas também ambientais, sociais e econômicos.

Controle de Qualidade: A diversidade de competências na equipe de engenharia contribui para um rigoroso controle de qualidade, garantindo que cada aspecto do projeto atenda aos padrões mais elevados.

Acesso a Tecnologias Atuais: Profissionais de diferentes áreas da engenharia têm conhecimento sobre as tecnologias mais recentes em suas disciplinas, o que pode resultar em soluções mais eficientes e modernas para o projeto.

Gestão Eficiente de Recursos: Uma equipe diversificada de engenheiros é capaz de gerenciar eficientemente os recursos disponíveis, otimizando custos e prazos.

Em resumo, a contratação de uma empresa de engenharia para municípios sem engenheiros internos justifica-se pela diversidade de competências que ela oferece, assegurando um tratamento abrangente e especializado de todas as fases do projeto, desde a concepção até a execução.

1.5. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

Considerando as necessidades dos 44 município consorciados, foram divididos em dois grupos conforme a população do censo 2022, considerando o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para municípios de até 20.000 habitantes e o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão) para municípios com mais de 20.000 habitantes, conforme tabela quantitativa abaixo:

	Municípios	População no último censo [2022]	Até 20 mil Habitantes	A cima de 20 mil habitantes
1	Bocaiuva	48032 pessoas	R\$ 500.000,00	
2	Botumirim	5.790 pessoas	R\$ 500.000,00	
3	Brasília de Minas	32.025 pessoas		R\$ 1.000.000,00
4	Buritizeiro	23.910 pessoas		R\$ 1.000.000,00
5	Campo Azul	3.714 pessoas	R\$ 500.000,00	
6	Capitão Enéas	14.108 pessoas	R\$ 500.000,00	
7	Chapada Gaúcha	12.355 pessoas	R\$ 500.000,00	
8	Claro dos Poções	7.166 pessoas	R\$ 500.000,00	
9	Cônego Marinho	7.237 pessoas	R\$ 500.000,00	
10	Coração de Jesus	25.377 pessoas		R\$ 1.000.000,00
11	Cristália	5.121 pessoas	R\$ 500.000,00	
12	Curvelo	80.352 pessoas		R\$ 1.000.000,00
13	Engenheiro Navarro	6.354 pessoas	R\$ 500.000,00	
14	Francisco Dumont	4.503 pessoas	R\$ 500.000,00	
15	Francisco Sá	23.476 pessoas		R\$ 1.000.000,00
16	Glaucilândia	2.928 pessoas	R\$ 500.000,00	

17	Ibiaí	6.286 pessoas	R\$ 500.000,00	
18	Ibiracatu	5.081 pessoas	R\$ 500.000,00	
19	Icarai de Minas	10.677 pessoas	R\$ 500.000,00	
20	Jaíba	37.660 pessoas		R\$ 1.000.000,00
21	Januária	65.130 pessoas	R\$ 500.000,00	
22	Jequitai	6.484 pessoas	R\$ 500.000,00	
23	Joaquim Felício	3.854 pessoas	R\$ 500.000,00	
24	Juramento	3.768 pessoas	R\$ 500.000,00	
25	Lagoa dos Patos	3.313 pessoas	R\$ 500.000,00	
26	Lassance	7.124 pessoas	R\$ 500.000,00	
27	Lontra	8.790 pessoas	R\$ 500.000,00	
28	Luislandia	6.210 pessoas	R\$ 500.000,00	
29	Mamonas	5.997 pessoas	R\$ 500.000,00	
30	Manga	18.886 pessoas	R\$ 500.000,00	
31	Matias Cardoso	8.895 pessoas	R\$ 500.000,00	
32	Miravânia	3.985 pessoas	R\$ 500.000,00	
33	Patis	4.837 pessoas	R\$ 500.000,00	
34	Pedras de Maria da Cruz	10.452 pessoas	R\$ 500.000,00	
35	Pintópolis	7.084 pessoas	R\$ 500.000,00	
36	Pirapora	55.606 pessoas		R\$ 1.000.000,00
37	Ponto Chique	3.747 pessoas	R\$ 500.000,00	
38	Santa Fé de Minas	3.522 pessoas	R\$ 500.000,00	
39	São Francisco	3.243 pessoas	R\$ 500.000,00	
40	São João da Lagoa	4.822 pessoas	R\$ 500.000,00	
41	São João do Pacuí	3.971 pessoas	R\$ 500.000,00	
42	São Romão	10.315 pessoas	R\$ 500.000,00	
43	Várzea da Palma	33.744 pessoas		R\$ 1.000.000,00
44	Vespasiano	129.246 pessoas		R\$ 1.000.000,00
Total			R\$ 17.500.000,00	R\$ 9.000.000,00
TOTAL GLOBAL = R\$ 26.500.000,00				

1.6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Ao lado do que se registrou, o critério de julgamento do pregão que se deflagará é o MAIOR DESCONTO PERCENTUAL OBSERVANDO-SE AS TABELAS OFICIAIS DO DNIT, SINAPI, SETOP, SUDECAP E COPASA (ATUALIZADAS) superior a “0” (zero), como prevê o artigo 7º do Decreto 10.024/2019.

É que os serviços em questão possuem seus componentes de mão-de- obra e de insumos categorizados nas Tabelas que estão neste expediente. São os denominados preços fixados pelos próprios entes públicos que cuidaram de fixar parâmetros para tais.

Sendo ditos parâmetros oficiais, é natural (e conveniente para a Administração Pública) se valha (para registrar preços) de técnica que evidencie a vantajosidade: o falado “maior desconto em tabelas”, circunstância também prestigiada por normas específicas (art. 9º, Decreto Federal 7.892/2013), e no art. 82 da Lei 14.133 :

“Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

[...]

V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;”

A justificativa para se adotar esse parâmetro não deixa de ser óbvia diante do objeto pretendido bastando raciocínio hipotético para validar a ideia. Ou seja, não fosse assim, como a Administração Pública levaria adiante o registro de preços para as demandas eventuais e futuras (indeterminadas no momento, em sua corporificação última)?

O percentual ofertado pelas empresas participantes será aplicado sobre as tabelas de preços que forem utilizadas no processo, ou seja, DNIT, SINAPI, SETOP, SUDECAP E COPASA (ATUALIZADAS), do mês vigente, quando da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência para que possam atender não apenas todas as Secretarias e Setores da Administração local, mas especialmente aquelas demandas que se lastreiem em recursos do Estado ou da União, a exemplo de convênios, repasses, etc.).

Isso dispensa cotações preliminares porque as Tabelas são oficiais e largamente utilizadas pelos órgãos da Administração Pública em todo o Brasil.

Ao lado das justificativas até então feitas, este Termo de Referência explicita outras de idêntica importância para, de uma só vez, apresentar os fundamentos de decisões tomadas por ocasião do planejamento da licitação que por aqui se desencadeia.

A adoção do SRP para obras e serviços de engenharia proporcionará celeridade às demandas de menor complexidade e padronizáveis, simplificando as contratações, além de proporcionar uma redução de gastos e um aumento da eficiência, evitando a multiplicidade de licitações com o mesmo objeto e contribuindo para a racionalização administrativa. Ademais, a padronização tem como consequência a diminuição de erros no processo, afastando o desperdício de material e melhorando assim a qualidade do empreendimento.

1.7. DA MODALIDADE

Conforme estabelecido pela Lei nº 14.133, a definição da modalidade de licitação apropriada para a contratação de obras e serviços de engenharia é orientada pela natureza do objeto em questão, conforme descrito em seu artigo 29.

A lei define quais os serviços de engenharia são considerados como serviços comuns no seu artigo 6º, como sendo aqueles que aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser

objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

O pregão eletrônico, especificamente, é indicado para a contratação de bens e serviços comuns. Isso inclui os serviços comuns de engenharia, conforme a interpretação do Artigo 6º da Lei nº 14.133. A caracterização desses serviços como 'comuns' é baseada na premissa de que eles podem ser claramente definidos por especificações usuais no mercado. Assim, a disputa pelo fornecimento desses serviços se dá por meio de propostas e lances em uma sessão pública, elemento central do procedimento do pregão eletrônico.

A utilização do pregão eletrônico para serviços comuns de engenharia é, portanto, justificada pela possibilidade de definir claramente os requisitos desses serviços e pela eficiência que esta modalidade de licitação proporciona. O pregão permite uma ampla competição e transparência, facilitando a obtenção de propostas vantajosas para a administração pública, tanto em termos de custo quanto de eficácia."

1.8. JUSTIFICATIVA PARA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Lei 14.133 de 2021 dispõe:

Art. 85. A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

O Sistema de Registro de Preço, é procedimento que poderá ser adotado pela Administração para futura prestação de serviços. Utilizando esse procedimento, o fornecedor terá seus preços registrados, para que ulteriores contratações sejam direcionadas diretamente a ele, nos preços já registrados.

É procedimento descrito como auxiliar, e visa o registro formal vinculando fornecedor às condições previstas no edital e na ata registrada, por um período determinado. Considerando as circunstâncias relacionadas à estimativa da demanda. Assim, o enquadramento nas hipóteses em tela objetiva a formalização de Ata de Registro de Preços para que não seja necessária a realização de outros processos licitatórios para contratação dos serviços listados para as demandas que estão pretensas a surgir, ademais, salienta-se que o SRP é um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, descomplicando procedimentos para contratação de serviços, reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, enxugando os gastos do erário, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano em Ata para quando surgir à necessidade, executar

o objeto registrado sem entraves burocráticos, dentre outras vantagens.

Ademais, dado o contingenciamento da despesa, é prudente realizar a Ata de Registro de Preço, tendo em vista a adequação das aquisições em função da disponibilidade financeira.

É importante deixar em evidência que o registro de preços não implica em contratação e é esse objetivo latente: possuir, à disposição da Administração Pública, uma ferramenta capaz de atender (quando necessário) as demandas pelos serviços.

Assim, registrar preços para os serviços pretendidos permite um grande avanço de qualidade na prestação com que deve proceder a Administração Pública na execução dos serviços citados no objeto deste Termo de Referência.

1.9. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Ao lado do que se registrou, o critério de julgamento do pregão que se deflagará é o MAIOR DESCONTO PERCENTUAL OBSERVANDO-SE AS TABELAS OFICIAIS DO DNIT, SINAPI, SETOP, SUDECAP E COPASA (ATUALIZADAS) superior a “0” (zero), como prevê o artigo 7º do Decreto 10.024/2019.

É que os serviços em questão possuem seus componentes de mão-de-obra e de insumos categorizados nas Tabelas que estão neste expediente. São os denominados preços fixados pelos próprios entes públicos que cuidaram de fixar parâmetros para tais.

Sendo ditos parâmetros oficiais, é natural (e conveniente para a Administração Pública) se valha (para registrar preços) de técnica que evidencie a vantajosidade: o falado “maior desconto em tabelas”.

A justificativa para se adotar esse parâmetro não deixa de ser óbvia diante do objeto pretendido bastando raciocínio hipotético para validar a ideia. Ou seja, não fosse assim, como a Administração Pública levaria adiante o registro de preços para as demandas eventuais e futuras (indeterminadas no momento, em sua corporificação última)?

O percentual ofertado pelas empresas participantes será aplicado sobre as tabelas de preços que forem utilizadas no processo, ou seja, DNIT, SINAPI, SETOP, SUDECAP E COPASA (ATUALIZADAS), do mês vigente, quando da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência para que possam atender não apenas todas as Secretarias e Setores da Administração local, mas especialmente aquelas demandas que se lastreiem em recursos do Estado ou da União, a exemplo de convênios, repasses, etc.).

Isso dispensa cotações preliminares porque as Tabelas são oficiais e largamente utilizadas pelos órgãos da Administração Pública em todo o Brasil.

Ao lado das justificativas até então feitas, este Termo de Referência explicita outras de idêntica importância para, de uma só vez, apresentar os fundamentos de decisões tomadas por ocasião do planejamento da licitação que por aqui se desencadeia.

1.10. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

1.10.1. O objeto do contrato é comum, nos termos do art. 6º inc. XIII da Lei 14.133.

4 ORDENS DE SERVIÇO, ENTREGA, MEDIÇÃO E PAGAMENTO

4.1 As Ordens de Serviço serão emitidas com a especificação de itens e quantidades de acordo com necessidades da Administração, sempre descrevendo os quantitativos unitários e totais

do respectivo item da contratação. As solicitações dos serviços serão efetuadas, por ordem de serviço através de e-mail, do qual a empresa tem até 20(vinte) dias para entregar dos serviços solicitados.

4.2 A Contratada não aceitará a exigência de faturamento mínimo, estipulação de horário ou outras restrições da CONTRATADA que venham a prejudicar o CONTRATANTE.

4.3 Em nenhuma hipótese será admitido o recebimento diverso do objeto licitado ou com qualquer diferença das exigências e propostas contidas na licitação.

4.4 Os serviços serão executados mediante demandas eventuais e futuras, não gerando para a Associação ou Municípios Consorciados qualquer obrigatoriedade de contratação. Em tais condições serão observadas as principais regras relacionadas às medições:

4.4.1 Somente serão medidos itens de serviços efetivamente executados.

4.5 As memórias de medição deverão ser encaminhadas à equipe de Fiscalização, por meio digital e físico em formato de planilha;

4.6 Após a aprovação da medição, a equipe de fiscalização solicitará a apresentação da nota fiscal correspondente à contratada;

4.7 A documentação, juntamente com anexos, será encaminhada à área técnica responsável para as providências relativas ao pagamento.

4.8 Toda documentação será enviada ao operador financeiro do órgão repassador, que fará as devidas análises e conferências para posterior liberação dos recursos;

4.9 Após tal liberação será depositado o pagamento da medição;

4.10 Todas as medições deverão ser entregues, juntamente com os documentos relacionados neste Edital devidamente carimbados e assinados pelos Engenheiros e/ou Arquitetos do Município que sejam designados para tarefas tais (fiscal/gestor).

5 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, após execução do objeto e recebimento do relatório e documentos complementares previstos no contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

5.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos, às custas da Contratada, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, cabendo ainda ao fiscal do contrato não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do

desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório.

5.5 O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo fiscal do contrato.

5.6 O fiscal do contrato analisará os relatórios técnicos, emitidos após cada encerramento de chamado, e toda a documentação complementar, as cópias das notas fiscais, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

5.7 O fiscal emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a Contratada para que emita a(s) Nota(s) Fiscal(is) ou Fatura(s) com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento substituto.

5.8 A(s) Nota(s) Fiscal(is) ou Fatura(s) deverá(ão) ser emitida(s) até o dia 30 de cada mês. O período dos serviços contidos na nota fiscal/fatura será referente ao mesmo período do envio do documento para a contratante.

5.9 Deve constar na Nota Fiscal todos os valores que devem ser pagos pela contratante a contratada, devendo estar detalhados no corpo da nota, por natureza de despesa.

6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 O pagamento ocorrerá mensalmente até 15 (quinze) dias úteis, a partir do recebimento da Nota Fiscal e do “Atesto” pelo recebimento dos serviços.

6.2 O preço é fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato podendo ser reajustado na prorrogação do contrato desde que devidamente comprovado e aceito pela Administração.

6.3 A contratante pagará mensalmente à contratada pelos serviços efetivamente prestados, levando-se em consideração os valores unitários de cada item, constante da proposta final da contratada, que compõe os serviços objetos da presente licitação, podendo haver variação entre as quantidades estimadas e as quantidades efetivamente utilizadas neste processo licitatório.

6.4 O contratante somente efetuará o pagamento após atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e do cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada.

6.5 Caso se constate que os serviços não atendem aos requisitos constantes da especificação ou que apresentam imperfeições, somente serão considerados entregues quando todas as irregularidades forem sanadas.

6.6 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade (quando necessário);
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período de prestação dos serviços;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

8 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 Na aquisição a ser realizada pelo sistema de Registro de Preços, não haverá prévia reserva orçamentária e o quantitativo do objeto pretendido será indicado em termos estimativos, em função do consumo mensal ou anual, sendo a dotação orçamentária indicada somente no momento da efetiva aquisição.

8.2 Por tratar-se de Registro de Preços, os custos correrão à conta da dotação orçamentária de cada órgão CONTRATANTE (municípios consorciados) da Ata de Registro de Preços, ou que tenham concedida autorização para adesão à Ata de Registro de Preços por parte do Órgão Gerenciador, sendo obrigatória a indicação da dotação orçamentária antes da efetiva aquisição.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A CONTRATADA, como empregadora direta, ficará obrigada a arcar com todas as despesas e encargos decorrentes deste contrato, notadamente no que se refere a salários, obrigações previstas na legislação trabalhista e previdenciária, resultantes dos contratos de trabalho do pessoal empregado direta ou indiretamente na execução deste contrato, bem como, responsabilizar-se pelas demais exigências oriundas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, aplicáveis à matéria, devendo exibir quantidade quitadas, sempre que solicitadas e por ocasião dos pagamentos as guias de recolhimento do INSS e FGTS, sobre pena de retenção dos créditos que tiver direito;

9.2 Cumprir as determinações da Associação no que concerne a execução desse contrato;

9.3 Responsabilizar-se por quaisquer danos que, execução desse contrato, causar ao consórcio ou a terceiros, por motivo de dolo ocupa (negligência, imprudência ou imperícia);

9.4 Responsabilizar-se pela contínua prestação do serviço, conforme plano de manutenção e procedimentos descritos neste termo de referências.

9.5 Realizar as tarefas e as operações que se façam necessárias para a manutenção .

9.6 Refazer, às suas custas, em prazo previamente acordado com o CONTRATANTE, todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer outras irregularidades.

9.7 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os serviços na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

9.8 Cumprir todos os itens previstos neste Termo de Referência, bem como de seus anexos, observando rigorosamente os prazos fixados.

9.9 Cumprir todos os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

9.10 Ficar sujeita às multas, penalidades e sanções previstas neste Termo de Referência em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos neste instrumento.

9.11 Manter inalteráveis os termos e condições que regem o Contrato e cumprir todas as suas

cláusulas.

9.12 Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informação, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar ao CONTRATANTE ou a terceiros.

9.13 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

9.14 Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, qualquer anormalidade de caráter urgente ou qualquer condição que possa impossibilitar a execução de qualquer obrigação contratual e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

9.15 Comunicar com antecedência sempre que houver necessidade de intervenção programada por parte da CONTRATADA, para manutenção preventiva e/ou substituição dos equipamentos e meios utilizados no provimento do (s) acesso (s) objeto do contrato, que possa causar interferência no desempenho do Serviço.

9.16 Fazer diagnóstico das falhas no serviço relatadas pelo CONTRATANTE, eliminando os defeitos nos componentes sob sua responsabilidade.

9.17 Apresentar ao gestor do contrato, na ocorrência de falhas no serviço, um relatório completo indicando os motivos da falha, bem como os métodos e práticas adotadas em sua solução que deverão obedecer às normas técnicas compatíveis com este tipo de serviço.

9.18 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, securitários, previdenciários, fiscais e comerciais, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, resultantes da execução do Contrato, uma vez que os funcionários da CONTRATADA não têm qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

9.19 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando o CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

9.20 Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo com a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

9.21 Responder, civil e criminalmente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação (ou de qualquer de seus empregados e prepostos) ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.22 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do contrato, especialmente com relação à certidão negativa de débitos em relação ao INSS, FGTS e Fazenda Municipal, do domicílio das partes.

9.23 Fornecer, sempre que solicitados, documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação.

9.24 Descontar na nota fiscal/fatura vindoura, os serviços cobrados indevidamente no mês,

bastando, para tanto, independente da comunicação do CONTRATANTE.

9.25 Adotar todas as medidas administrativas e técnicas necessárias para o cumprimento do Acordo de Níveis de Serviço.

9.26 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Termo.

9.27 Responder a quaisquer prejuízos que seus empregados e prepostos causem ao patrimônio do CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

9.28 Efetuar de imediato o afastamento de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços.

9.29 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.30 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

9.31 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/21 sendo que a presença desse servidor não eximirá a responsabilidade da CONTRATADA;

10.2 Proporcionar todas as facilidades a boa execução deste contrato, inclusive a comunicação com a contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e/ou endereço de cobrança;

10.3 Permitir livre acesso a instalações, quando solicitadas pela contratada ou por seus empregados ou contratados em serviço;

10.4 Aplicar multa, rescindir o Contrato, suspender o pagamento, caso a CONTRATADA desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas no Contrato;

10.5 Comunicar a CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exigem medidas corretivas de sua parte, sob pena de aplicação de sanções nos termos da Lei Federal nº 14.133/21;

10.6 Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;

- 10.7 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo estabelecido;
- 10.8 Prestar informações e esclarecimentos necessários que venham ser solicitados pela CONTRATADA;
- 10.9 Proporcionar todas as facilidades ao bom andamento dos serviços e entrega conforme legislação;
- 10.10 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste e assegurar que o serviço está sendo prestado dentro nas condições exatas do TR. Sendo que a fiscalização será exercida por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 177 e seguintes da Lei nº 14.133/21.
- 10.11 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 10.12 Solicitar ao CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
- 10.13 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados/entregues em desacordo com as respectivas especificações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos.
- 10.14 Notificar a CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- 10.15 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, que estejam em desacordo com o presente Termo de Referência e com o contrato, para que sejam tomadas as providências com relação a quaisquer irregularidades.
- 10.16 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 10.17 Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Termo de Referência e no contrato respectivo.
- 10.18 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, propostos ou observadas as normas de segurança institucional.
- 10.19 Cumprir as demais obrigações constantes deste Termo de Referência, no instrumento convocatório e outras imposições prevista no contrato.

11 GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1 Observado o disposto na Lei 14.133/21, a gestão/fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO

FRANCISCO – AMMESF, e quando conjuntamente com as entidades designadas.

11.2 Cada Município consorciado deverá indicar o seu fiscal da execução da Ata / Contrato;

11.3 ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF /Município consorciado, através de quem designar, terá amplos poderes para acompanhar, inspecionar, fiscalizar e exercer controle sobre as obrigações contratuais assumidas pela detentora da Ata de Registro de Preços.

12 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 O prazo de vigência/validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, admitindo-se eventual prorrogação por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme a lei 14.133/2021, iniciando sua vigência na data de sua formalização;

10.2 A vigência dos contratos decorrentes do Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto na Lei nº 14.133, de 2021;

13 SANÇÕES

13.1 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas aplicáveis quando do descumprimento contratual;

13.2 0,3%, (zero virgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigações contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia calculado sobre o valor do Contrato, por ocorrência;

13.3 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30(trinta) dias na execução do Objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com possível rescisão Contratual.

13.4 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistido do Contrato ou ser de causa a sua precisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o Consórcio, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

13.5 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo consórcio. Se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será descontada na garantia prestada ou será recolhida pela contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção;

13.6 As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

14 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

14.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registros de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenham participado do presente certame licitatório, mediante a anuência da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF.

14.2 Os órgãos e entidades que não participaram do presente processo licitatório quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverá consultar ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF sobre a possibilidade de adesão.

14.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente a adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF.

14.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF e órgãos participantes.

14.5 O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.6 Após a autorização da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observando prazo de vigência da Ata.

14.7 ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo de noventa dias de que trata o item anterior.

14.8 Ao órgão não participante que aderir à Ata compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e as aplicações, observada a

ampla defesa o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as decorrências do órgão gerenciador.

14.9 É facultada aos entes NÃO integrantes da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF a adesão da Ata de Registro de Preços deste processo resultante.

14.10 A Ata de Registro de Preços será gerenciada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF juntamente com entes contratantes.

14.11 A(s) empresa(s) vencedora(s) terá(ão) obrigação de atender a todos os municípios que são considerados órgãos participantes, nos quantitativos que vierem a ser solicitados dentro da estimativa do Procedimento, sendo certo que não serão aceitas quaisquer considerações posteriores da vencedora no sentido de não atender aos municípios que são considerados órgãos participantes, ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF.

14.12 A adesão aos municípios consorciados e a “carona” poderão ser disponibilizados por itens, não havendo a necessidade de contratar todos os itens indicados dentro do lote.

15 CONDIÇÕES GERAIS

15.1 A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF e a DETENTORA DA ATA poderão estabelecer o equilíbrio Econômico-Financeiro da contratação, nos termos da Lei 14.133/21, por repactuação precedida de cálculo ou de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços contratados no mercado geral;

15.2 A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecendo ao disposto na Lei 14.133/21;

15.3 A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF ou qualquer ente deixará de receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, sem prejuízo das sanções previstas;

15.4 Qualquer tolerância por parte da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em vigor todas as condições do ajuste e podendo exigir o seu cumprimento a qualquer tempo;

15.5 A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF ou ente aderente obtidos em razão da execução do objeto

contratado, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término;

15.6 Todas as informações, resultados e relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA durante a execução do objeto contratado serão de exclusiva propriedade da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF e dos entes aderentes, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

16 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1 Para atendimento da qualificação técnico-operacional, será (ão) exigido(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacionais emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico - CAT, expedida(s) por este(s) conselho(s), CREA/CAU, na forma do parágrafo único do art. 55 da Resolução nº 1.025 do CONFEA, de 30 de outubro de 2009, que comprove(m) que o licitante tenha executado para o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, os seguintes serviços:

- 16.1.1 Elaboração de Projeto Arquitetônico;
- 16.1.2 Elaboração de Projeto Arquitetônico em hospitais ou UBS.
- 16.1.3 Elaboração de Projeto Urbanístico e Paisagístico;
- 16.1.4 Elaboração de Estudos Ambientais em obras de infraestrutura;
- 16.1.5 Elaboração de Projeto de Drenagem Pluvial;
- 16.1.6 Elaboração de Projeto de Pavimentação Asfáltica Urbana e Rodoviária;
- 16.1.7 Elaboração de Projeto de Pontes ou Viadutos;
- 16.1.8 Elaboração de Projeto de Saneamento;
- 16.1.9 Elaboração de Projeto Estrutural em Concreto;
- 16.1.10 Elaboração de Projeto de Estrutura Metálica;
- 16.1.11 Elaboração de Projeto de Rede de Iluminação Pública;

16.2 Para atendimento à qualificação técnico-profissional, será exigida a comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA/CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços relativos a:

- 16.2.1 Elaboração de Projeto Arquitetônico;
- 16.2.2 Elaboração de Projeto Urbanístico e Paisagístico;
- 16.2.3 Elaboração de Projeto de Drenagem Pluvial;

- 16.2.4 Elaboração de Projeto de Pavimentação Asfáltica Urbana e Rodoviária;
- 16.2.5 Elaboração de Projeto de Obra de Pontes ou Viadutos
- 16.2.6 Elaboração de projeto de topobatemetria, planilamtimetrico e projeto topográfico
- 16.2.7 Elaboração de Projeto de Saneamento;
- 16.2.8 Elaboração de Projeto Estrutural em Concreto;
- 16.2.9 Elaboração de Projeto de Estrutura Metálica;
- 16.2.10 Elaboração de Projeto de Rede de Iluminação Pública;
- 16.2.11 Elaboração de projeto de Eletrico de substacao.
- 16.2.12 Elaboração de projeto de instalacao de gas
- 16.2.13 Elaboração de projeto de projeto contra incendio PCIP
- 16.2.14 Elaboração de projeto de cabeamento estruturado
- 16.2.15 Elaboração de projeto de Estrutural de Alto desempenho
- 16.2.16 Elaboração de projeto de Fundacoes profundas
- 16.2.17 COORDENAÇÃO TÉCNICA ELABORAÇÃO E
COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS EM BIM
- 16.2.18 Realização de coordenação e compatibilização de projetos.
- 16.2.19 Elaboração de Estudos Ambientais em obras de infraestrutura;

- 16.3 A empresa contratada deverá indicar como responsáveis técnicos, no mínimo:
 - 16.3.1 01 (um) Engenheiro Civil (Apresentar registro do profissional no órgão competente);
 - 16.3.2 01 (um) Engenheiro Ambiental (Apresentar registro do profissional no órgão competente);
 - 16.3.3 01 (um) Engenheiro Eletricista (Apresentar registro do profissional no órgão competente);
 - 16.3.4 01 (um) Engenheiro Sanitarista (Apresentar registro do profissional no órgão competente);
 - 16.3.5 01 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho (Apresentar registro do profissional no órgão competente);
 - 16.3.6 01 (um) Engenheiro Agrônomo (Apresentar registro do profissional no órgão competente);
 - 16.3.7 01 (um) Arquiteto (Apresentar registro do profissional no órgão competente).
 - 16.3.8 01 (um) Arquiteto com pos-graduacao em Hospitalares (Apresentar registro do profissional no órgão competente).
 - 16.3.9 - 01 - Tecnico em agrimensura
 - 16.3.10 - 01 Tecnico administrativo Especialista em SICONV COM COMPROVACAO DE CURSO
 - 16.3.11 - 01 - Engenheiro Mecanico

16.4 A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, ou do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, ou do registro do profissional no CREA/CAU da região competente, em que conste o profissional como responsável técnico, contrato de prestação

de serviços assinado entre o profissional e a Licitante ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência do profissional.

16.5 Registro da empresa no órgão competente (CREA ou CAU);

Pirapora/MG., de 01 Fevereiro de 2024.

Adilson Martins Pereira Junior
Engenheiro Civil

EDITAL N° 003/2024

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 003/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024
REGISTRO DE PREÇOS 003/2024**

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

À

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO
FRANCISCO – AMMESF

PROPOSTA COMERCIAL	
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
Telefone e e-mail de contato	
Nome do Representante Legal	

Identidade do Representante Legal		CPF:	
Conta:	Agencia:	Banco:	

Prezados senhores (as), tendo examinado minuciosamente as normas específicas do presente Termo de Referência, cujo objeto é a Pregão Eletrônico para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ARQUITETURA, ENGENHARIA (PROJETOS DE TOPOGRAFIA, GEOTÉCNICA, INFRAESTRUTURA, SINALIZAÇÃO VERTICAL, HORIZONTAL E TURÍSTICA, EDIFICAÇÕES, ORÇAMENTOS, ENSAIOS, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E ATIVIDADES RELATIVAS A LICENCIAMENTOS, ANÁLISES, ESTUDOS E FISCALIZAÇÃO NA ÁREA AMBIENTAL) E ESTRUTURAÇÃO; E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA PROJETOS DE CONCESSÕES PÚBLICAS E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (“PPP”), DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PELO PRAZO DE 12 MESES, DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF**, conforme Termo de Referência para atender as necessidades dos municípios consorciados à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF, após tomar conhecimento de todas as condições estabelecidas, passamos a formular a seguinte proposta:

ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS			
LOTE	TABELA	VALOR TOTAL	VALOR DO DESCONTO (%)
1	Tabela Atualizada (DNIT)		_____(%)
	Tabela Atualizada (SINAPI)		
	Tabela Atualizada (SETOP)		

	Tabela Atualizada (SUDECAP)	
	Tabela Atualizada (COPASA)	

DETALHAMENTO DE COMPOSIÇÃO DO BDI ³		PRATICADO	%
Administração Central (AC)	%	BDI=	(((1+AC+R+G)x(1+L)x(1+DF)))/(1-T))-1
Lucro (L)	%		
Despesas Financeiras (DF)	%		
Seguros e Garantias (G)	%	IMPOSTOS: ISS + PIS + COFINS	
Riscos (R)	%		
Impostos (I)	%		

gfc

- A proposta será válida por 60 sessenta dias, para fins de assinatura de Contrato Administrativo - sendo este válido por 60 (sessenta) meses a contar da data de sua assinatura, conforme o Termo de Referência.
- Declaramos que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas referentes ao objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhista, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.
- Declaramos conhecer a legislação de regência desta licitação e que a prestação de serviço será fornecida de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conhecemos e aceitamos em sua totalidade.
- Cientes que nenhum direito à indenização ou a reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF seja qual for o motivo.
- Declaramos expressamente que concordamos com todas as cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Referência, processo administrativo n.º EDITAL N° 003/2024, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 003/2024, PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024, REGISTRO DE PREÇOS 003/2024.

1	Bocaiuva	24	Juramento
2	Botumirim	25	Lagoa dos Patos
3	Brasília de Minas	26	Lassance
4	Buritizeiro	27	Lontra
5	Campo Azul	28	Luislandia
6	Capitão Enéas	29	Mamonas
7	Chapada Gaúcha	30	Manga
8	Claro dos Poções	31	Matias Cardoso
9	Cônego Marinho	32	Miravânia
10	Coração de Jesus	33	Patis
11	Cristália	34	Pedras de Maria da Cruz
12	Curvelo	35	Pintópolis
13	Engenheiro Navarro	36	Pirapora
14	Francisco Dumont	37	Ponto Chique
15	Francisco Sá	38	Santa Fé de Minas
16	Glaucilândia	39	São Francisco
17	Ibiaí	40	São João da Lagoa
18	Ibiracatu	41	São João do Pacuí
19	Icaraí de Minas	42	São Romão
20	Jaíba	43	Várzea da Palma
21	Januária	44	Vespasiano
22	Jequitaiá		
23	Joaquim Felício		

- DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ELETRÔNICO DA EMPRESA

Declaramos que o Domicílio Eletrônico da Empresa para o recebimento de autorização de fornecimento, alerta de avs, notificações e decisões administrativas, é:

e-mail:

- Obs.: Informar e-mails como domicílio eletrônico da empresa.

DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário da “Ata de Registro de Preços”, o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato “PDF”, por certificação digital.

....., de de 2024.

Local e data

- Carimbo da empresa / Assinatura do responsável Informamos que nos comprometemos a assinar a Ata de Registro de Preços no prazo determinado pela AMMESF, e o Contrato no prazo determinado pelo Contratante, indicando para esse fim o(a) Sr.(a)

....., RG nº e CPF nº

....., como representante legal desta empresa

Atenciosamente,

-----.

Nome e assinatura do responsável pela empresa e

Nome da empresa e carimbo.

ANEXO III- MODELO

DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO ART. 7º, INC. XXXIII DA CF.

EDITAL Nº 003/2024

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 003/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024
REGISTRO DE PREÇOS 003/2024**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na

_____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

☐ Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

_____, em _____ de _____ 2024.

Assinatura do Representante Legal

Obs.: Este documento é meramente exemplificativo devendo ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante.

**ANEXO IV- MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

EDITAL Nº 003/2024

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 003/2024

PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024

REGISTRO DE PREÇOS 003/2024

[Nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.), endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxx], inscrita no CPF sob o nº [xxxx], DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

NOTA EXPLICATIVA: Ausência de vantajosidade e prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado. Inviabilidade da estipulação de cotas para microempresas ou empresa de pequeno porte. Inteligência do art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/06, conforme Redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

**ANEXO V- DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

EDITAL N° 003/2024

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 003/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024
REGISTRO DE PREÇOS 003/2024**

A Empresa , inscrita no CNPJ sob o nº , com sede na , por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) , portador(a) do Documento de Identidade Registro Geral nº SSP e do CPF nº , declara à XXXXXXXXXXXX que atende a todas as condições de habilitação no processo licitatório EDITAL N° 003/2024, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 003/2024, PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024, REGISTRO DE PREÇOS 003/2024 e se compromete a entregar os medicamentos e materiais que lhe forem adjudicados conforme a descrição do Anexo I deste Edital, desconsiderando qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaro ainda que conheço e concordo com todos os termos deste Edital.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

....., ... de de

(Local)

(Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI- MINUTA DE CONTRATO

EDITAL Nº 003/2024

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 003/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024
REGISTRO DE PREÇOS 003/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
....., E
A EMPRESA,
PARA OS FINS NELE INDICADOS.

O, inscrito no CNPJ sob o nº, com sede,
a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr.,
e a empresa, estabelecida na Av/Rua....., nº....., Bairro. ,
cidade....., inscrita no CNPJ sob nº, aqui denominada de CONTRATADA, neste ato
representada por seu representante legal, Sr(a). , inscrito(a) no CPF sob o número, residente e
domiciliado na Av/Rua....., nº, Bairro, cidade....., RESOLVEM celebrar
este Contrato mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

O presente Contrato tem como fundamento as Lei 14.133/21, e alterações o **EDITAL Nº 003/2024, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 003/2024, PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024, REGISTRO DE PREÇOS 003/2024**, devidamente homologado pelo Sr. Presidente, a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

É objeto deste contrato é a ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/2024, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços comuns de arquitetura, engenharia (projetos de topografia, geotécnica, infraestrutura, sinalização vertical, horizontal e turística, edificações, orçamentos, ensaios, gerenciamento e fiscalização de obras públicas e atividades relativas a licenciamentos, análises, estudos e fiscalização na área ambiental) e estruturação; e desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira para projetos de Concessões Públicas e Parceria Público-Privada (“PPP”), de acordo com as exigências previstas neste instrumento convocatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente contrato será por preço líquido e certo.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

O objeto deste Contrato será pago com recursos orçamentários oriundos do Tesouro Municipal/ convênios, observando o desconto percentual de%, por serviços indicados nas tabelas **SINAPI, SETOP, SUDECAP E COPASA (ATUALIZADAS)**, sendo o valor de R\$....(), estimativo de gastos pelo período contratual;

ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS			
LOTE	TABELA	VALOR TOTAL	VALOR DO DESCONTO (%)
1	Tabela Atualizada (DNIT)		_____ (%)
	Tabela Atualizada (SINAPI)		
	Tabela Atualizada (SETOP)		
	Tabela Atualizada (SUDECAP)		
	Tabela Atualizada (COPASA)		

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência da data de sua formalização até o dia de de 202...., a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

6.1 - Pela prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste Contrato, a Contratante pagará a Contratada os valores constates das tabelas **SINAPI, SETOP, SUDECAP E COPASA(ATUALIZADAS)**, observando o desconto percentual de %.

6.2 – Os valores consignados no contratado serão reajustados após **12(doze) meses** de vigência a contar da data de assinatura, utilizando- se o índice do IGP-M/FGV, conforme legislação aplicável;

6.3 - Os valores consignados em Ata de Registro de Preços ou no Contrato poderão ser alterados nos termos da Lei 14.133/21, desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro;

6.4 - Para a solicitação e comprovação do reequilíbrio econômico- financeiro a Adjudicatária ou Contratada deverá:

- a) indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item;
- b) apresentar nota (s) fiscal (is) emitida (s) em data próxima à apresentação da proposta e outra de emissão atual (data de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro);
- c) Indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro;
- d) Sem a apresentação das informações indicadas nas alíneas “a”, “b” e “c”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.
- e) O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inc. XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

6.5 – A solicitação de aplicação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser efetuada antes da emissão da ordem de serviços.

6.6 – O Município reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto no Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais técnicas pertinentes ao objeto, podendo reincidir a contratação nos termos do previsto da Lei 14.133/21 sem prejuízo das sanções previstas.

6.7 – O Município reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso, implique alteração dos preços ofertados, obedecido a Lei 14.133/21.

6.8 – Rege-se o objeto deste Termo de Referência pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

6.9 - A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem dos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto na Lei 14.133/21.

6.10 - Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a formalização do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 – O Pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado de forma parcelada, mensalmente, em até 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal e CND's Federal, FGTS e Trabalhista, acompanhadas das ordens de fornecimento, devidamente assinadas.

- a) Para emissão das faturas, serão tomadas como base, as ordens de fornecimento apresentadas.
- b) Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

- c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, não superior a 10 (dez) dias, o valor da fatura não sofrerá acréscimos a qualquer título.

CLÁUSULA OITAVA– DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

8.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) A contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nesta licitação, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da Ata de Registro de Preços ou do Contrato;
- b) Cumprir fielmente todas as condições estipuladas no Termo de Referência, de forma que a prestação dos serviços seja executada de acordo com as informações apresentadas, obedecendo as normas técnicas aplicáveis, sob pena de multa;
- c) A contratada se obriga a assumir, de imediato e às suas expensas, qualquer dos serviços contratados, caso fique impossibilitada de prestá-lo diretamente ou por meio da rede conveniada, inclusive:
- d) O detentor do registro de preços é responsável pelo pagamento de todos os encargos, ações, ônus ou débitos, tributários, previdenciários, fiscais, administrativos, comerciais, cíveis e penais decorrentes da execução da Ata de Registro de Preços e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para a prestação dos serviços.
- e) Responsabilizar-se por todas as despesas de operação, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços de sua responsabilidade.
- f) Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, comprometendo-se a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes.
- g) Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo.
- h) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- i) Responder perante a AMMESF, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-o devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
- j) Arcar com todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, ficando excluída qualquer solidariedade da Administração por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Consórcio;
- k) Apresentar a anotação do responsável técnico pelo projeto, no prazo máximo de 05(cinco) dias após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato;

- l) Iniciar a execução dos serviços, no prazo máximo de 10(dez) dias após o recebimento da ordem de serviços;
- m) Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município, à AMMESF ou terceiros, decorrentes do fornecimento e da execução dos serviços;
- n) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, e qualidade dos serviços ofertados, garantindo seu perfeito desempenho;
- o) A Ata de Registro de Preços ou o Contrato firmado com o Município Consorciado não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação sem autorização expressa do Contratante, sob pena de aplicação de sanções, inclusive rescisão;
- p) Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Município Contratante, plena, geral e irretroatável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.
- q) Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e /ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, em decorrência do objeto do presente termo contra a AMMESF ou algum município;
- r) Cumprir os prazos previstos neste Termo de Referência.
- s) A empresa vencedora terá obrigação de atender a todos os municípios consorciados, nos quantitativos que vierem a ser solicitados dentro da estimativa do Procedimento, sendo certo que não serão aceitas quaisquer considerações posteriores da vencedora no sentido de não atender aos municípios consorciados, uma vez que estes são órgãos participantes do registro de preços, conforme disciplina a Lei 14.133/21.
- t) A Formalização de contrato com os órgãos participantes do registro de preços (municípios consorciados) será exigida apenas para efeito de controle no sentido de não se extrapolar o limite legal permitido para adesões de outros órgãos, não cabendo à Contratada decidir se aceitará contratar com os órgãos participantes do registro de preços (municípios consorciados), uma vez que, a participação no certame, já caracteriza a aceitação integral da obrigação de atender aos órgãos participantes do registro de preços (municípios consorciados).

8.2 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Prestar, com clareza, à Contratada, as informações necessárias para a prestação dos serviços;
- b) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- d) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- e) Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.
- f) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma da Ata de Registro de

Preços ou do Contrato;

- g) Zelar para que durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços ou do Contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- h) Rejeitar toda e qualquer situação em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência.
- i) Arcar com as despesas de publicação da Ata de Registro de Preços ou contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados;
- j) Fiscalizar a execução dos serviços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.
- k) O pagamento decorrente da concretização da entrega do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria do Contratante, através de departamento contábil, por processo legal, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento dos comprovantes da prestação dos serviços, que deverá ser emitido em nome do beneficiário, constando a execução do serviço, o período da hospedagem ou data de fornecimento das refeições, assinado pelo beneficiário, juntamente com a nota fiscal/fatura, após atesto das notas fiscais pelo gestor da Ata de Registro de Preços ou do Contrato e verificação pelo setor responsável pelo pagamento dos documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação, especialmente quanto a regularidade junto ao FGTS e à seguridade social, bem como as certidões negativas de débito junto a Fazenda Pública Federal, Estadual e à Justiça do Trabalho;
- l) Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante a efetiva prestação de serviço nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio do Termo de Recebimento Definitivo do Objeto e/ou Recibo pelo Servidor responsável pelo recebimento;
- m) O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
- n) Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto da Ata de Registro de Preços ou do Contrato.
- o) Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.
- p) Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município, plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

CLAUSULA NONA – DA RECISÃO ADMINISTRATIVA

9.1 – A contratação objeto deste Termo poderá ser rescindida:

9.1.1 – Por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados na Lei 14.133/21.

9.1.2– Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

9.1.3 – Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas Art. 137 da Lei 14.133/21

9.1.4 – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.1.5 – Ocorrendo a rescisão contratual e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da contratada, o município responderá pelos preços constantes da Proposta Comercial, devido em face dos produtos efetivamente entregues pela contratada até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – Ficará impedido de licitar e de contratar com o município/AMMESF e será descredenciado nos mesmos, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no Contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - não assinar o Contrato;
- II - não entregar a documentação exigida no edital;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - causar o atraso na execução do objeto;
- V - não manter a proposta;
- VI - falhar na execução do contrato;
- VII - fraudar a execução do contrato;
- VIII - comportar-se de modo inidôneo;
- IX - declarar informações falsas; e
- X - cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas site oficial da AMMESF, no diário oficial da UNIÃO e no Diário Oficial de Minas Gerais.

10.2 – Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

10.2.1 – 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso sobre o valor da proposta, até o 30º (trigésimo) dia, calculado por ocorrência;

10.2.2 – 5% (dez por cento) sobre o saldo do valor da proposta, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

10.2.3 – 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, na hipótese da Empresa,

injustificadamente, desistir da Ata de Registro de Preços ou do Contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

10.3 – As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.4 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela AMMESF ou Município Consorciado. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de depósito bancário na conta da AMMESF ou Município Consorciado, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de notificação da aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

9.1 – A fiscalização, autorização, conferência e recebimento do objeto deste contrato serão realizados pelo Contratante, através de seu Secretário Municipal/servidor, a Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

12.1 – Este contrato está vinculado ao EDITAL Nº 003/2023, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 0003/2024, PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024, REGISTRO DE PREÇOS 003/2024 e ao Termo de Referência que o acompanha, independente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 – As partes elegem o foro da comarca de Pirapora-MG, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 – E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

....., de de 2024.

Local e data.

PELO CONTRATANTE:

Prefeito Municipal.

PELA CONTRATADA:

Representante Legal.

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ CPF: _____

NOME: _____ CPF: _____

ANEXO VII- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL Nº 003/2024

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 003/2024

PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024

REGISTRO DE PREÇOS 003/2024

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF, inscrita no CNPJ sob o nº 02.519.886/0001- 00, a seguir denominada **AMMESF**, neste ato representado por seu Presidente Sr. Pedro Henrique Braga, nos termos da Lei 14.133/21 suas alterações, e demais disposições legais aplicáveis, resolve registrar os preços apresentados pela empresa _____

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, situada na _____, a seguir denominada **FORNECEDOR**, resolvem assinar a presente Ata, como especificado no seu objeto, em conformidade com o **EDITAL Nº 003/2024, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 003/2024, PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024, REGISTRO DE PREÇOS 003/2024**, do tipo **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL SOBRE TABELAS SINAPI, SETOP, SUDECAP E COPASA (ATUALIZADAS)**, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1. DO OBJETO

1.1 Registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresa de engenharia para prestação de serviços comuns de arquitetura, engenharia (projetos de topografia, geotécnica, infraestrutura, sinalização vertical, horizontal e turística, edificações, orçamentos, ensaios, gerenciamento e fiscalização de obras públicas e atividades relativas a licenciamentos, análises, estudos e fiscalização na área ambiental) e estruturação; e desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira para projetos de Concessões Públicas e Parceria Público-Privada (“PPP”), de acordo com as exigências previstas neste instrumento convocatório.

Parágrafo Único - Integram esta Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, o Termo de Referência do edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA no PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº __/20__, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 00_/20__**.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, (art. 84 da Lei 14.133) contados a partir da publicação de seu extrato. Nos termos da Lei 14.133/21, durante os prazos de validade desta ata de registro de preços, a **AMMESF** e seus municípios consorciados não serão obrigados a efetuar a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os produtos e serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar para tanto, outros meios, desde que permitidos por lei, sem que de fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.2. Os municípios poderão contratar o valor total estimado, ou parte do valor total estimado;

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à AMMESF, no seu aspecto operacional e à Coordenação Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS

4.1 O objeto desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** será pago observando o desconto percentual de _____, por serviços indicados nas tabelas **SINAPI, SETOP, SUDECAP E COPASA (ATUALIZADAS)**, no valor total estimado de R\$ (), estimativo de gastos pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços:

ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS			
LOTE	TABELA	VALOR TOTAL	VALOR DO DESCONTO (%)
1	Tabela Atualizada (DNIT)		_____(%)
	Tabela Atualizada (SINAPI)		
	Tabela Atualizada (SETOP)		
	Tabela Atualizada (SUDECAP)		
	Tabela Atualizada (COPASA)		

DETALHAMENTO DE COMPOSIÇÃO DO BDI ³		PRATICADO	%
Administração Central (AC)	%	BDI=	(((1+AC+R+G)x(1+L)x(1+DF)))/(1-T))- 1
Lucro (L)	%		
Despesas Financeiras (DF)	%		
Seguros e Garantias (G)	%	IMPOSTOS: ISS + PIS + COFINS	
Riscos (R)	%		
Impostos (I))%		

I. - Os valores consignados no contratado serão reajustados após 12 (doze) meses de vigência a contar da data de assinatura, utilizando-se o índice do IGP-M/FGV, conforme legislação aplicável;

II. - Os valores consignados em Ata de Registro de Preços ou no Contrato poderão ser alterados nos da Lei 14.133/21;

III. - Para a solicitação e comprovação do reequilíbrio econômico- financeiro a Adjudicatária ou Contratada deverá:

a. Indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico- financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item;

b. Apresentar nota(s) fiscal (is) emitida(s) em data próxima à apresentação da proposta e outra de emissão atual (data de solicitação do reequilíbrio econômico- financeiro);

c. Indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro;

IV.- Sem a apresentação das informações indicadas nas alíneas “a”, “b” e “c”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

V. - O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inc. XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

VI. - A solicitação de aplicação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser efetuada antes da emissão da ordem de serviços.

VII. - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

5. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Comparecer quando convocado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor a ela adjudicado.

I. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços para a aquisição será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 14.133/21 e demais disposições vigentes.

II. No caso de descumprimento (não assinatura), a **AMMESF** se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

III. Na ata de Registro de Preços constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos no edital.

IV. A minuta da Ata de Registro de Preços, a ser assinada pelo licitante vencedor, estará disponível no setor de licitações da **AMMESF**.

V. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

VI. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

VII. Os reajustes permitidos pela Lei 14.133/21, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata, por provocação dos Órgãos/ Entidades aderentes, que deverão comprovar através de percentuais do IGPM/FGV, o reajuste pleiteado.

VIII. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

IX. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a **AMMESF** solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

X. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a **AMMESF** poderá rescindir esta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

XI. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados

que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

XII. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a - Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

b - Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas na Lei 14.133/21;

c - Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados.

XIII. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

XIV. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

XV. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do **FORNECEDOR** relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia dos Materiais, anteriormente ao cancelamento.

XVI. Caso a **AMMESF** não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

XVII. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

XVIII. É vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do Registro de Preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da **AMMESF**.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. A contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nesta licitação, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da Ata de Registro de Preços ou do Contrato;

II. Cumprir fielmente todas as condições estipuladas no Termo de Referência, de

forma que a prestação dos serviços seja executada de acordo com as informações apresentadas, obedecendo as normas técnicas aplicáveis, sob pena de multa;

III. A contratada se obriga a assumir, de imediato e às suas expensas, qualquer dos serviços contratados, caso fique impossibilitada de prestá-lo diretamente ou por meio da rede conveniada, inclusive:

IV. O detentor do registro de preços é responsável pelo pagamento de todos os encargos, ações, ônus ou débitos, tributários, previdenciários, fiscais, administrativos, comerciais, cíveis e penais decorrentes da execução da Ata de Registro de Preços e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para a prestação dos serviços.

V. Responsabilizar-se por todas as despesas de operação, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços de sua responsabilidade.

VI. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, comprometendo-se a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes.

VII. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo.

VIII. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

IX. Responder perante a AMMESF, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-o devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

X. Arcar com todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, ficando excluída qualquer solidariedade da Administração por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Consórcio;

XI. Apresentar a anotação do responsável técnico pelo projeto, no prazo máximo de 05(cinco) dias após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato;

XII. Iniciar a execução dos serviços, no prazo máximo de 10(dez) dias após o recebimento da ordem de serviços;

XIII. Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município, à AMMESF ou terceiros, decorrentes do fornecimento e da execução dos serviços;

XIV. Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, e qualidade dos serviços ofertados, garantindo seu perfeito desempenho;

XV. A Ata de Registro de Preços ou o Contrato firmado com o Município Consorciado não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação sem autorização

expressa do Contratante, sob pena de aplicação de sanções, inclusive rescisão;

XVI. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Município Contratante, plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

XVII. Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e /ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, em decorrência do objeto do presente termo contra a AMMESF ou algum município;

XVIII. Cumprir os prazos previstos neste Termo de Referência.

XIX. A empresa vencedora terá obrigação de atender a todos os municípios consorciados, nos quantitativos que vierem a ser solicitados dentro da estimativa do Procedimento, sendo certo que não serão aceitas quaisquer considerações posteriores da vencedora no sentido de não atender aos municípios consorciados, uma vez que estes são órgãos participantes do registro de preços, conforme disciplina a Lei 14.133/21.

XX. A Formalização de contrato com os órgãos participantes do registro de preços (municípios consorciados) será exigida apenas para efeito de controle no sentido de não se extrapolar o limite legal permitido para adesões de outros órgãos conforme disciplina a Lei 14.133/21, não cabendo à Contratada decidir se aceitará contratar com os órgãos participantes do registro de preços (municípios consorciados), uma vez que, a participação no certame, já caracteriza a aceitação integral da obrigação de atender aos órgãos participantes do registro de preços (municípios consorciados).

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I. Prestar, com clareza, à Contratada, as informações necessárias para a prestação dos serviços;

II. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

III. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

IV. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

V. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

VI. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma da Ata de Registro de Preços ou do Contrato;

VII. Zelar para que durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços ou do Contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIII. Rejeitar toda e qualquer situação em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência.

IX. Arcar com as despesas de publicação da Ata de Registro de Preços ou contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados;

X. Fiscalizar a execução dos serviços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

XI. O pagamento decorrente da concretização da entrega do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria do Contratante, através de departamento contábil, por processo legal, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento dos comprovantes da prestação dos serviços, que deverá ser emitido em nome do beneficiário, constando a execução do serviço, o período da hospedagem ou data de fornecimento das refeições, assinado pelo beneficiário, juntamente com a nota fiscal/fatura, após atesto das notas fiscais pelo gestor da Ata de Registro de Preços ou do Contrato e verificação pelo setor responsável pelo pagamento dos documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação, especialmente quanto a regularidade junto ao FGTS e à seguridade social, bem como as certidões negativas de débito junto a Fazenda Pública Federal, Estadual e à Justiça do Trabalho;

XII. Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante a efetiva prestação de serviço nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio do Termo de Recebimento Definitivo do Objeto e/ou Recibo pelo Servidor responsável pelo recebimento;

XIII. O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

XIV. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto da Ata de Registro de Preços ou do Contrato.

XV. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

XVI. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município, plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão a época da formalização dos contratos .

9. DO PAGAMENTO

XVII. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contratante.

XVIII. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição e

quantitativo dos serviços.

XIX. Deverá apresentar a Nota Fiscal de entrada do produto/prestação do serviço no ato da liquidação, procedimento de conferência, de acordo com o que determina a Lei 4.320/64, art. 3º, § 2º, I.

XX. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

I. A omissão de qualquer despesa necessária à entrega dos serviços será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas.

II. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

III. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

IV. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

V. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

106

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

- 10.1.1 Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;
- 10.1.2 Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas na Lei 14.133/21;
- 10.1.3 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
- 10.1.4 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- 10.1.5 Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

11. DAS PENALIDADES

I. Ficará impedido de licitar e de contratar com o município/AMMESF e será descredenciado nos mesmos, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no Contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a. Não assinar a Ata de Registro de Preços;
- b. Não entregar a documentação exigida no edital;

- c. apresentar documentação falsa;
- d. Causar o atraso na execução do objeto; V - não mantiver a proposta;
- e. Falhar na execução da Ata de Registro de Preços;
- f. fraudar a execução Ata de Registro de Preços;
- g. comportar-se de modo inidôneo;
- h. Declarar informações falsas; e
- i. Cometer fraude fiscal.

II. As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

III. As sanções serão registradas e publicadas site oficial da AMMESF, no diário oficial da UNIÃO e no Diário Oficial de Minas Gerais.

IV. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

- a. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso sobre o valor da proposta, até o 30º (trigésimo) dia, calculado por ocorrência;
- b. 5% (dez por cento) sobre o saldo do valor da proposta, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;
- c. 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, na hipótese da Empresa, injustificadamente, desistir da Ata de Registro de Preços ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

V. As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

VI. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo AMMESF ou Município Consorciado. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de depósito bancário na conta da AMMESF ou Município Consorciado, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de notificação da aplicação da sanção.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

12.1.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

12.1.1.2 Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços supra citado, seus anexos e as propostas das classificadas.

12.1.1.3 É vedado caucionar ou utilizar esta Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do órgão competente da administração.

13. DO FORO

13.1 As partes contratantes elegem o foro da comarca de Pirapora-MG como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cidade, data,.

Pedro Henrique Braga Presidente

FORNECEDOR DETENTOR

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

EDITAL Nº 003/2024

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 003/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024
REGISTRO DE PREÇOS 003/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO:

O documento atual representa a fase inicial do planejamento e oferece estudos aprofundados para a seleção de uma solução adequada às necessidades especificadas a seguir. O foco primordial é analisar minuciosamente a demanda de serviços de engenharia para elaboração de projetos a fim de suprir as necessidades dos municípios consorciados e localizar no mercado a opção mais eficiente para atendê-la, sempre respeitando as normativas atuais e os princípios que norteiam a Administração Pública.

2. Da Justificativa e Necessidade

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF, que atualmente engloba 44 municípios, enfrenta a necessidade de realizar manutenções tanto preventivas quanto corretivas em seus imóveis, a fim de garantir o adequado desenvolvimento de suas atividades. Esta tarefa exige uma avaliação criteriosa por parte de um profissional técnico, que deve realizar uma inspeção in loco para identificar as necessidades, propor soluções viáveis e elaborar o necessário projeto de engenharia. Diante deste cenário, torna-se essencial a contratação de uma empresa especializada para a elaboração desses projetos.

A escolha de uma empresa especializada traz consigo uma série de benefícios. Primeiramente, a especialização técnica é crucial em projetos de engenharia e arquitetura, pois muitas vezes o conhecimento técnico necessário não está disponível internamente nas entidades públicas. Uma empresa com expertise nesta área pode preencher essa lacuna. Além disso, profissionais qualificados asseguram que os projetos atendam aos padrões de qualidade e estejam em conformidade com as normativas técnicas vigentes.

Outro aspecto relevante é a eficiência e a economia de tempo proporcionadas por empresas experientes em engenharia, que são capazes de desenvolver projetos de maneira mais eficaz e rápida. Isso é fundamental para cumprir prazos e evitar atrasos em obras públicas. Além disso, a supervisão e a fiscalização de uma empresa externa garantem a execução correta das obras, mantendo-as dentro do orçamento e do cronograma estabelecido.

Projetos de infraestrutura frequentemente requerem avaliações ambientais detalhadas e processos de licenciamento que necessitam de conhecimento especializado, uma competência que empresas de engenharia especializadas possuem. Para concessões públicas e PPPs, a realização de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira detalhados é essencial para assegurar a sustentabilidade e a eficácia do projeto.

Empresas especializadas também oferecem suporte na tomada de decisões, fornecendo informações e análises técnicas que auxiliam os gestores públicos. A atualização tecnológica é outro ponto forte dessas empresas, pois elas geralmente dispõem de tecnologia de ponta, o que pode melhorar significativamente a qualidade e a eficiência dos projetos.

Por fim, a contratação de uma empresa experiente reduz os riscos associados a erros de projeto, falhas na execução e questões legais ou regulatórias. Além disso, essas empresas costumam trazer inovações e práticas atualizadas, que podem beneficiar significativamente os projetos públicos, garantindo assim a modernização e a eficiência nas atividades do consórcio.

No cenário atual, existem políticas públicas relacionadas à infraestrutura para o desenvolvimento do país, como Planejamento Urbano, Saneamento, Transporte e Mobilidade, Habitação, Energia e Meio Ambiente. Estas políticas são essenciais para nortear as ações que visam à melhoria da qualidade de vida de toda a população. Torna-se importante destacar que políticas públicas sociais, objetivam a diminuição das desigualdades em nossa sociedade, buscando melhores condições de vida à população.

Neste sentido a política pública urbana é regulamentada pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal através do estabelecimento de diretrizes gerais da política urbana. Em seu artigo 2º consta que a política urbana tem por excelência ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Os municípios buscam realizar investimentos que venham propiciar melhorias na qualidade de vida, segurança e bem-estar de seus munícipes, por meio de obras e serviços que favoreçam o aprimoramento do processo de urbanização local. Haja vista, que para darmos os procedimentos necessários à urbanização de uma cidade é de grande importância à utilização de estudos preliminares que mostram em que situação que a mesma se encontra, após esses estudos pode ser identificada qual será a melhor forma para resolver os problemas e atender as expectativas dos municípios, através dos projetos de engenharia.

Desse modo apontamos o levantamento topográfico como estudos preliminares de grande importância, pois nele estará descrito através do projeto topográfico, de forma técnica, a situação do terreno, lotes, suas localizações e coordenadas, curva de nível, entre outros.

Neste prisma, vale ressaltar a necessidade da investigação geotécnica, que além de minimizar os riscos e custos, é uma forma de demonstrar responsabilidade para com a sociedade e respeito à natureza.

Diante da realidade dos municípios do qual não detém em seu quadro de funcionários suficientes para atender a crescente demanda, ao decidir pela contratação de uma empresa de engenharia para elaboração de projetos e fiscalização de obra em um município que não possui engenheiros em seu quadro de funcionários, destacando a importância da diversidade da área de engenharia, são alguns pontos importantes a destacar:

- **Ampla Gama de Competências:** A engenharia abrange diversas disciplinas, como civil, elétrica, mecânica, ambiental, entre outras. Contratar uma empresa especializada permite acesso a uma gama mais ampla de competências, garantindo que todos os aspectos do projeto sejam tratados por profissionais qualificados em suas respectivas áreas.
- **Interdisciplinaridade:** Projetos de construção muitas vezes demandam uma abordagem interdisciplinar. Engenheiros civis, elétricos, hidráulicos e ambientais, por exemplo, trabalham de maneira integrada para garantir a funcionalidade e a eficiência do projeto como um todo.
- **Conformidade com Normas Específicas:** Cada disciplina da engenharia está sujeita a normas e regulamentações específicas. A contratação de uma empresa de engenharia assegura a conformidade com todas as normas pertinentes, garantindo a segurança e a legalidade do projeto.
- **Flexibilidade e Adaptabilidade:** Uma equipe diversificada de engenheiros traz consigo flexibilidade e adaptabilidade para lidar com desafios e demandas específicas de diferentes fases do projeto.
- **Expertise Especializada:** Profissionais especializados em suas respectivas disciplinas trazem expertise que pode ser crucial para a eficácia e a qualidade do projeto. Por exemplo, um engenheiro elétrico pode garantir um sistema elétrico eficiente, enquanto um engenheiro civil foca na integridade estrutural.
- **Soluções Inovadoras e Criativas:** A diversidade na equipe de engenharia pode estimular a geração de ideias inovadoras e criativas, resultando em soluções mais eficientes e sustentáveis para os desafios do projeto.
- **Abordagem Holística:** A presença de diferentes disciplinas de engenharia permite uma abordagem holística ao projeto, considerando não apenas aspectos técnicos, mas também ambientais, sociais e econômicos.
- **Controle de Qualidade:** A diversidade de competências na equipe de engenharia contribui para um rigoroso controle de qualidade, garantindo que cada aspecto do projeto atenda aos padrões mais elevados.
- **Acesso a Tecnologias Atuais:** Profissionais de diferentes áreas da engenharia têm conhecimento sobre as tecnologias mais recentes em suas disciplinas, o que pode resultar

em soluções mais eficientes e modernas para o projeto.

□ **Gestão Eficiente de Recursos:** Uma equipe diversificada de engenheiros é capaz de gerenciar eficientemente os recursos disponíveis, otimizando custos e prazos.

Em resumo, a contratação de uma empresa de engenharia para municípios sem engenheiros internos justifica-se pela diversidade de competências que ela oferece, assegurando um tratamento abrangente e especializado de todas as fases do projeto, desde a concepção até a execução.

3. Justificativa do Quantitativo

Considerando as necessidades dos 44 município consorciados, foram divididos em dois grupos conforme a população do censo 2022, considerando o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para municípios de até 20.000 habitantes e o valor de R\$ 1.000.000,00(hum milhão) para municípios com mais de 20.000 habitantes, conforme tabela quantitativa abaixo:

	Municípios	População no último censo [2022]	Até 20 mil Habitantes	A cima de 20 mil habitantes
1	Bocaiuva	48032 pessoas	R\$ 500.000,00	
2	Botumirim	5.790 pessoas	R\$ 500.000,00	
3	Brasília de Minas	32.025 pessoas		R\$ 1.000.000,00
4	Buritzeiro	23.910 pessoas		R\$ 1.000.000,00
5	Campo Azul	3.714 pessoas	R\$ 500.000,00	
6	Capitão Enéas	14.108 pessoas	R\$ 500.000,00	
7	Chapada Gaúcha	12.355 pessoas	R\$ 500.000,00	
8	Claro dos Poções	7.166 pessoas	R\$ 500.000,00	
9	Cônego Marinho	7.237 pessoas	R\$ 500.000,00	
10	Coração de Jesus	25.377 pessoas		R\$ 1.000.000,00
11	Cristália	5.121 pessoas	R\$ 500.000,00	
12	Curvelo	80.352 pessoas		R\$ 1.000.000,00
13	Engenheiro Navarro	6.354 pessoas	R\$ 500.000,00	
14	Francisco Dumont	4.503 pessoas	R\$ 500.000,00	
15	Francisco Sá	23.476 pessoas		R\$ 1.000.000,00
16	Glaucilândia	2.928 pessoas	R\$ 500.000,00	
17	Ibiaí	6.286 pessoas	R\$ 500.000,00	
18	Ibiracatu	5.081 pessoas	R\$ 500.000,00	
19	Icarai de Minas	10.677 pessoas	R\$ 500.000,00	
20	Jaíba	37.660 pessoas		R\$ 1.000.000,00
21	Januária	65.130 pessoas	R\$ 500.000,00	
22	Jequitai	6.484 pessoas	R\$ 500.000,00	
23	Joaquim Felício	3.854 pessoas	R\$ 500.000,00	
24	Juramento	3.768 pessoas	R\$ 500.000,00	
25	Lagoa dos Patos	3.313 pessoas	R\$ 500.000,00	

26	Lassance	7.124 pessoas	R\$ 500.000,00	
27	Lontra	8.790 pessoas	R\$ 500.000,00	
28	Luislandia	6.210 pessoas	R\$ 500.000,00	
29	Mamonas	5.997 pessoas	R\$ 500.000,00	
30	Manga	18.886 pessoas	R\$ 500.000,00	
31	Matias Cardoso	8.895 pessoas	R\$ 500.000,00	
32	Miravânia	3.985 pessoas	R\$ 500.000,00	
33	Patis	4.837 pessoas	R\$ 500.000,00	
34	Pedras de Maria da Iz	10.452 pessoas	R\$ 500.000,00	
35	Pintópolis	7.084 pessoas	R\$ 500.000,00	
36	Pirapora	55.606 pessoas		R\$ 1.000.000,00
37	Ponto Chique	3.747 pessoas	R\$ 500.000,00	
38	Santa Fé de Minas	3.522 pessoas	R\$ 500.000,00	
39	São Francisco	3.243 pessoas	R\$ 500.000,00	
40	São João da Lagoa	4.822 pessoas	R\$ 500.000,00	
41	São João do Pacuí	3.971 pessoas	R\$ 500.000,00	
42	São Romão	10.315 pessoas	R\$ 500.000,00	
43	Várzea da Palma	33.744 pessoas		R\$ 1.000.000,00
44	Vespasiano	129.246 pessoas		R\$ 1.000.000,00
Total			R\$ 17.500.000,00	R\$ 9.000.000,00
TOTAL GLOBAL = R\$ 26.500.000,00				

4. Descrição da Solução como um Todo

De acordo com a necessidade da prestação dos serviços conforme apontado no tópico anterior, a melhor solução para suprir a necessidade dos municípios consorciados é a contratação de empresa especializada, com comprovada experiência em elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, que utilizem as ferramentas mais atuais e reconhecidas pelo mercado especializado, a fim de executar o serviço de acordo com a demanda dos municípios.

Para além disso, considerando que o serviço deverá ser prestado de acordo com a necessidade/demanda de cada município, bem como considerando que cada ente consorciado possuía uma programação orçamentária distinta, o processo licitatório deverá ser realizado por meio do Sistema de Registro de Preço, já que é a melhor solução quando o objeto é de difícil mensuração exata, e garante para administração a realização do serviço com o melhor preço sem que seja necessário realizar um processo licitatório para cada serviço.

5. Justificativa para o Parcelamento ou Não da Solução

Não se aplica o parcelamento, uma vez que a contratação de empresas distintas para execução de cada demanda não seria vantajoso, e impossibilitaria a padronização do serviço fornecido.

6. Previsão no Plano Anual

A Despesa se encontra devidamente prevista dentro das contratações previstas dentro dos municípios através do planejamento orçamentário . Tornando assim viável a sua contratação e aplicação no plano anual.

7. Viabilidade da Contratação

Ante a necessidade apontada e considerando os benefícios dos Sistema de Registro de Preços, conclui-se pela viabilidade da contratação.